

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
CENTRO DE ALTOS ESTUDOS DE SEGURANÇA
“CORONEL PM NELSON FREIRE TERRA”
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIAS POLICIAIS DE
SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA – I/2019



Cap PM Marcus Vinicius Quitshal

**A NECESSIDADE DE TREINAMENTO DE TIRO DEFENSIVO NA
PRESERVAÇÃO DA VIDA “MÉTODO GIRALDI®” (PISTA POLICIAL
ESPECIAL – PPE) ANTE A ANÁLISE DA VITIMOLOGIA POLICIAL MILITAR
EM HORÁRIO DE FOLGA**

São Paulo

2019

Cap PM Marcus Vinicius Quitshal

**A NECESSIDADE DE TREINAMENTO DE TIRO DEFENSIVO NA
PRESERVAÇÃO DA VIDA “MÉTODO GIRALDI®” (PISTA POLICIAL
ESPECIAL – PPE) ANTE A ANÁLISE DA VITIMOLOGIA POLICIAL MILITAR
EM HORÁRIO DE FOLGA**

Dissertação apresentada no Centro de Altos Estudos de Segurança “Cel PM Nelson Freire Terra”, como parte dos requisitos para a aprovação no Mestrado Profissional em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública.

Maj PM Sérgio Harumi Nishi - Orientador

São Paulo

2019

Cap PM Marcus Vinicius Quitshal

**A NECESSIDADE DE TREINAMENTO DE TIRO DEFENSIVO NA
PRESERVAÇÃO DA VIDA “MÉTODO GIRALDI®” (PISTA POLICIAL
ESPECIAL – PPE) ANTE A ANÁLISE DA VITIMOLOGIA POLICIAL MILITAR
EM HORÁRIO DE FOLGA**

Dissertação apresentada no Centro de Altos Estudos de Segurança “Cel PM Nelson Freire Terra”, como parte dos requisitos para a aprovação no Mestrado Profissional em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública.

- Recomendamos disponibilizar para pesquisa
- Não recomendamos disponibilizar para pesquisa
- Recomendamos a publicação
- Não recomendamos a publicação

São Paulo, de de 2019.

Major PM Sérgio Harumi Nishi

Maj PM Claudio Rogério Ulhôa Cintra

Cap PM Ayrton Moreli Gati

Este trabalho é dedicado:

Ao meu pai, Vinicius Quitshal, *in memoriam*, que desde a minha infância, não poupou esforços em me educar e orientar os ensinamentos da vida, sempre focando na retidão do caráter e honestidade, fundamentos os quais permeiam a minha existência.

À minha mãe, Cleusa, meu exemplo de dedicação, que com seu amor e perseverança, solidificou a minha trajetória pessoal e profissional, enchendo-me de esperança para vencer árduos obstáculos dessa caminhada.

À minha querida esposa Andréia, que de maneira especial, carinhosa e amiga, deu-me força e coragem, sempre me apoiando nos momentos mais críticos e difíceis.

Ao meu amado filho Erick, que por sua tenra idade, ainda não tem consciência da vida, mas que hoje e sempre será a minha luz, minha força e o sustento da minha alma.

Agradecimentos

A Deus pelo dom da vida, sempre por mais um dia vivido, que por meio deste trabalho, eu possa ter a coragem de questionar as realidades e propor continuamente um novo mundo de possibilidades.

Aos meus amigos do Mestrado Profissional em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública, CAO-I/19, que de maneira ímpar, tornaram a convivência nos alicerces do CAES, a mais harmoniosa possível.

Ao Maj PM Sérgio Harumi Nishi, meu eterno comandante, da extinta Quarta Companhia de Choque - Escolta, do 3º BPChq – “Humaitá”, meu grande amigo e orientador, pelo ensinamentos na disciplina Tiro Policial na Preservação da Vida – “Metodo Giraldi®”, que em meados do ano de 2005, foi meu professor no aludido Curso de Especialização para Oficiais, qualificando-me como professor e me habilitando a transmitir esse valoroso conhecimento nas fileiras da nossa Gloriosa Corporação até os dias de hoje.

Ao Maj PM Claudio Rogério Ulhôa Cintra e ao Cap PM Ayrton Moreli Gati, que pelos trabalhos científicos realizados por esses nobres Oficiais na matéria de tiro policial no CAES, os quais nortearam o presente estudo.

A todos os policiais militares, instruendos que tive a honra de ensinar um pouco do meu conhecimento do tiro policial, aos meus amigos professores de tiro, os quais no dia a dia, pude sanar dúvidas e trocar experiências positivas e negativas, tornando-me, assim, melhor e sempre buscando a excelência e qualidade das aulas ministradas nessa nobre disciplina que lida com vidas humanas.

“O mundo é um lugar perigoso de se viver,
não por causa daqueles que fazem o mal,
mas sim por causa daqueles que observam
e deixam o mal acontecer.”

(Albert Einstein)

Resumo

O presente trabalho monográfico tem o propósito de estudar as circunstâncias em que os policiais militares foram vítimas de criminosos na sua hora de folga, quando civilmente trajados, e tiveram como resultado, a perda da vida e lesões corporais decorrentes de disparos de arma de fogo, bem como a subtração de sua arma de carga da Polícia Militar do Estado de São Paulo ou da arma particular de porte, objetivando-se demonstrar a falta de treinamento que se encontram os policiais militares nessas condições. Por meio da Corregedoria da Polícia Militar, pela Equipe PM Vítima, foi realizada a pesquisa quantitativa e qualitativa de vitimização, tabulando os principais crimes sofridos por nossos policiais militares, enumerando a quantidade de policiais mortos, lesionados, e os que nada sofreram, ou seja, estes últimos que obtiveram êxito na reação armada contra o agressor. Foi realizada pesquisa quantitativa com o Instituto Sou da Paz para se obter uma maior abrangência de dados no universo de amostragem dos policiais militares vítimas de crimes violentos. Realizada também pesquisa quantitativa com a Correg PM referente ao número de armas extraviadas do acervo da PMESP e particulares por roubo e furto nos períodos dos anos de 2017 e 2018, buscando-se atualizar o trabalho já realizado pelo então Capitão PM Ricardo Fernandes de Barros, nos meados dos anos 2000, em sua dissertação no CAES, com o tema “Treinamento para uso de arma defesa por policial militar em trajes civis – inserção curricular”, e por fim, foi enviado questionário aos 1167 (mil cento e sessenta e sete) professores de tiro policial do “Método Giraldi” ativos para subsidiar o estudo de uma possível sugestão de implantação de Pista Policial Especial - PPE, no Estágio de Atualização Profissional – EAP (PMESP, 2018), que possa futuramente treinar o PM em simulações que este se encontre em trajes civis, objetivando-se praticar o ato do saque da arma, enquadramento do alvo e posterior disparo.

Palavras-chave: Polícia Militar. Estágio de Atualização Profissional. Teste de Aptidão de Tiro. Pista Policial Especial.

Abstract

The purpose of this monographic work is to study the circumstances in which military police officers were victims of criminals in their time off when they were civilly dressed and resulted in the loss of life and personal injury resulting from gunshots, as well as the subtraction of their military weapon of the Military Police of the State of São Paulo or of the private gun of size, aiming to demonstrate the lack of training that the military police are in these conditions. Through the Military Police Corregidor, by the PM Victim's Team, a quantitative and qualitative investigation of victimization was carried out, tabulating the main crimes suffered by our military police officers, enumerating the number of policemen killed, injured, and those who suffered nothing, that is, the latter who succeeded in the armed reaction against the aggressor. A quantitative study was carried out at the Souza Paz Institute to obtain a broader range of data in the universe of sampling of military police officers victims of violent crimes. A quantitative survey was carried out with Correg PM regarding the number of weapons lost in the collection of PMESP and individuals for robbery and robbery in the periods of 2017 and 2018, seeking to update the work already carried out by then PM Ricardo Fernandes de Barros, in the mid-2000, in his dissertation at CAES, with the theme "Training for the use of weapon defense by military police officer in civil suits - curriculum insertion", and finally, a questionnaire was sent to 1167 (one thousand one hundred sixty-seven) teachers of police shooting of the "Gibaldi Method" active to subsidize the study of a possible suggestion of implantation of Police Special Track, in the Stage of Professional Update – EAP (PMESP, 2018) that can train the PM in simulations that this one is in civil suits, if practicing the act of the service of the weapon, framing of the target and later firing.

Keywords: Military police. Professional Updating Internship. Shooting Aptitude Test. Special Police Track.

Lista de Figuras

Figura 1 – Policiais Militares Mortos.....	33
Figura 2 – Policiais Mortos na Capital por Situação e Corporação.....	35
Figura 3 – Homicídio Comparativo 2013/2014.....	36
Figura 4 – Latrocínio Comparativo 2013/2014.....	37
Figura 5 – Ocorrências por Mês.....	37
Figura 6 – Ocorrências por Região.....	38
Figura 7 – Situação do PM.....	38
Figura 8 – Ocorrências por Natureza.....	39
Figura 9 – Reação PM.....	39
Figura 10 – Vítimas por Posto ou Graduação.....	40
Figura 11 – Tempo de Serviço em Anos do PM.....	40
Figura 12 – Antecedentes Operacionais.....	41
Figura 13 – PM Acompanhado.....	41
Figura 14 – Idade dos Policiais Militares.....	42
Figura 15 – Quantidade de Criminosos por Ocorrência.....	43
Figura 16 – Idade dos Criminosos Conhecidos.....	43
Figura 17 – Criminosos Pertencentes à Facções.....	44
Figura 18 – Objeto do Crime.....	44
Figura 19 – Meio de Locomoção dos Criminosos.....	45
Figura 20 – Flagrante.....	45
Figura 21 – Meio de Locomoção dos Criminosos.....	46
Figura 22 – Armas Subtraídas de Policiais Militares.....	46
Figura 23 – Criminosos com Motocicleta.....	47
Figura 24 – Objeto do Crime.....	47
Figura 25 – Levantamento de Oficiais Habilitados no Teste de Aptidão de Tiro	68

Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Armas do Acervo da PMESP 2017.....	21
Gráfico 2 – Armas dos Particulares 2017.....	22
Gráfico 3 – Armas do Acervo da PMESP 2018.....	22
Gráfico 4 – Armas dos Particulares 2018.....	23
Gráfico 5 – Currículos	25
Gráfico 6 – Policiais Militares Mortos por Trimestre.....	34
Gráfico 7 – Questão 1.....	55
Gráfico 8 – Questão 2.....	56
Gráfico 9 – Questão 3.....	56
Gráfico 10 – Questão 4.....	57
Gráfico 11 – Questão 5.....	58
Gráfico 12 – Questão 6.....	59
Gráfico 13 – Questão 7.....	60
Gráfico 14 – Questão 8.....	61
Gráfico 15 – Questão 5.....	62
Gráfico 16 – Questão 6.....	63

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Indicadores Criminais de Armas do Acervo da PMESP 2017	20
Tabela 2 - Indicadores Criminais de Armas Particulares 2017.....	20
Tabela 3 - Indicadores Criminais de Armas do Acervo da PMESP 2018	20
Tabela 4 - Indicadores Criminais de Armas do Acervo da PMESP 2017	21

Lista de siglas e abreviaturas

PPE – Pista Policial Especial.
CAO – Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais.
CAES – Centro de Altos Estudos de Segurança.
BPChq – Batalhão de Polícia de Choque.
Maj – Major de Polícia Militar.
PM - Polícia Militar.
PM – Policial Militar.
Correg PM – Corregedoria da Polícia Militar.
CIPM – Centro de Inteligência da Polícia Militar.
PMESP – Polícia Militar do Estado de São Paulo.
EAP – Estágio de Atualização Profissional.
CPC - Comando de Policiamento da Capital.
UD – Unidade Didática.
CEP – Curso de Especialização Profissional.
Cap – Capitão de Polícia Militar.
CFSd – Curso de Formação de Soldados.
CFS – Curso de Formação de Sargentos.
CFO – Curso de Formação de Oficiais.
TDPV – Tiro Defensivo na Preservação da Vida.
CAS – Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos.
CSP – Curso Superior de Polícia.
TAT – Teste de Aptidão de Tiro.
CMB – Centro de Material Bélico.
CSM/AM – Centro de Suprimento e Manutenção de Armamento e Munição.
TV – Televisão.
SINARM – Sistema Nacional de Armas.
SSP – Secretaria de Segurança Pública.
EM/PM – Estado Maior da Polícia Militar.
ONG – Organização Não Governamental.
PC – Polícia Civil.
Sd – Soldado de Polícia Militar.
Sgt – Sargento de Polícia Militar.

CAvPM – Centro de Aviação da Polícia Militar.
PRO – Profissional.
CTT – Centro de Treinamento Tático.
CBC – Companhia Brasileira de Cartuchos.
PVT – Programa de Vídeo Treinamento.
Rocam – Rondas Ostensivas com Apoio de Motos.
RPM – Rádio Patrulhamento com Motocicletas.
DEC – Diretoria de Ensino e Cultura.
M-19-M – Manual de Tiro Defensivo.
PPA – Pista Policial de Aplicação.
CPRv – Comando de Policiamento Rodoviário.
CPI – Comando de Policiamento do Interior.
BPM/I – Batalhão de Polícia Militar do Interior.
BPChq – Batalhão de Polícia de Choque.
CPTran – Comando de Policiamento de Trânsito.
BPTran – Batalhão de Polícia de Trânsito.
CPAmb – Comando de Policiamento Ambiental.
BPAmb – Batalhão de Policiamento Ambiental.
CPA/M – Comando de Policiamento de Área Metropolitana.
BPM/M – Batalhão de Polícia Militar Metropolitana.
BAEP – Batalhão de Ações Especiais de Polícia.
PMCE – Polícia Militar do Estado do Ceará.
PMTO - Polícia Militar do Estado do Tocantins.
PMMG - Polícia Militar do Estado de Minas Gerais.
TPB – Treinamento Policial Básico.
PMAM - Polícia Militar do Estado do Amazonas.
Cel – Coronel.
PMMA - Polícia Militar do Estado do Maranhão.
PCDF – Polícia Civil do Distrito Federal.
PRF – Polícia Rodoviária Federal.
TAP – Treinamento de Autoproteção.
GIR/SP – Grupo de Intervenção Rápida São Paulo.
FAB – Força Aérea Brasileira.

Sumário

1 Introdução.....	16
1.1 Atualização dos indicadores criminais de armas de fogo do ano 2000.....	19
1.2 Os currículos policiais militares do Estado de São Paulo.....	24
1.3 A fragilidade institucional na falta de treinamento do PM estando de folga e em trajes civis.....	27
2 Questionário enviado aos professores de TDPV “Método Giraldi®”.....	54
2.1 Questão 1.....	54
2.2 Questão 2.....	55
2.3 Questão 3.....	56
2.4 Questão 4.....	57
2.5 Questão 5.....	58
2.6 Questão 6.....	59
2.7 Questão 7.....	60
2.8 Questão 8.....	60
2.9 Questão 9.....	62
2.10 Questão 10.....	62
3 O Teste de Aptidão de Tiro – TAT realizado no Estágio de Atualização Profissional EAP.....	64
3.1 Pesquisa de Campo 1.....	65
3.2 Pesquisa de Campo 2.....	66
3.3 Pesquisa de Campo 3.....	66
3.4 Pesquisa de Campo 4.....	66
3.5 Pesquisa de Campo 5.....	66
3.6 Pesquisa de Campo 6.....	67
3.7 Pesquisa de Campo 7.....	67
3.8 Pesquisa de Campo 8.....	67
4 Outros Órgãos Policiais.....	70
4.1 Polícia Militar do Estado do Ceará – PMCE.....	70
4.2 Polícia Militar do Estado do Tocantins – PMTO.....	70
4.3 Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG.....	70
4.4 Polícia Militar do Estado do Amazonas – PMAM.....	70

4.5 Polícia Militar do Estado do Maranhão – PMMA.....	71
4.6 Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF.....	71
4.7 Polícia Rodoviária Federal – PRF.....	71
4.8 Grupo de Intervenção Rápida São Paulo – GIR/SP.....	72
4.9 Força Aérea Brasileira – FAB.....	72
Conclusão.....	73
Referências.....	75
Apêndice – Questionário de pesquisa quantitativa e qualitativa.....	77

1. Introdução

O avanço da criminalidade em nosso Estado de São Paulo, mostrado por diversas mídias televisivas, sociais e várias reportagens jornalísticas, com desenvolvimento das ações criminosas e a mudança na forma de atuar desses agressores da sociedade, que ao cometerem seus crimes contra a população paulista, e concomitantemente, englobando como vítimas em potencial também os nossos valorosos policiais militares que fazem parte dessa sociedade, principalmente quando estão de folga e em trajes civis em diversos momentos do cotidiano, evidencia a vulnerabilidade e deficiência da capacidade de avaliação de situação de risco e consequente capacidade de reação armada por parte da nossa tropa, tornando-se assim imprescindível o estudo da viabilidade de melhoria na instrução de tiro policial, sugerindo-se treinar esse agente do Estado no Estágio de Atualização Profissional – EAP (PMESP, 2018), realizado no Comando de Policiamento da Capital (CPC), conforme resultado do questionário de tiro policial enviado aos professores de tiro do “Método Giraldi®”, fomentando-se buscar o aprimoramento do treinamento psicomotor e repetitivo de saque de arma de fogo de porte e posterior enquadramento do alvo (infrator da lei), para que em caso de confronto armado, o policial militar consiga de forma satisfatória neutralizar o oponente, não sair ferido, não ocasionar danos colaterais a terceiros alheios a situação e cumprir a lei. O principal colaborador para a implantação dessa sistemática de treinamento de tiro simulando cenários em que o PM esteja sozinho, sem o aparato da Polícia Militar, de folga e em trajes civis, é o Professor de Tiro Policial na Preservação da Vida “Método Giraldi®”¹, (NISHI, 2014), o qual de forma técnica e dinâmica buscará a qualidade na realização das instruções, sempre almejando alcançar a realidade simulada em Estande de Tiro ou nos Centros de Treinamento na Preservação da Vida. O treinamento propriamente dito, deve-se iniciar com os Fundamentos de Tiro, que são a base para todo o desenvolvimento e adaptação do tiro de pistola principalmente, podendo ser adaptado para revólver, evoluindo-se para implementação de técnicas mais aprimoradas e modernas de combate armado ao aluno policial militar. A relevância do presente tema ora aqui estudada, já foi pesquisada de maneira

¹ GIRALDI, Nilson. **Manual do tiro defensivo na preservação da vida – Método Giraldi**. 2 ed. Publicado no Boletim Geral PM 099, de 27MAI13. São Paulo: PMESP, 2013.

ampla na dissertação do Cap Ricardo Fernandes de Barros, nos anos 2000, o qual iniciou seu trabalho analisando dados quantitativos referentes ao extravio de armas de fogo dos policiais militares, evidenciando em seu estudo o despreparo do policial militar no portar arma de fogo estando em trajes civis, como segue:

A análise com total isenção e com balizados critérios, enfocando os acidentes, extravios e insucessos no uso de arma de fogo, por policiais militares em trajes civis, certamente levar-se-á à cruel realidade de que falta **treinamento** para portar armamento nessa condição. Dados colhidos na 2ª Sessão do Estado Maior da Polícia Militar apontam para uma média de 500 armas roubadas, 160 furtadas, somente no ano de 1999.

Os currículos dos diversos cursos de formação, aperfeiçoamento e atualização, simplesmente, ignoram que o policial militar exerce, e a qualquer momento poderá exercer, funções em que sua atuação se dá de forma descaracterizada (em trajes civis), muitas vezes de forma isolada, ou ainda, legalmente autorizado pelo porte funcional (art. 28, Dec. 2222/97), utiliza-se do seu armamento como carga ou particular para deslocamentos fora de serviço e ainda mais, **tem o dever de agir** preceituado por meio do flagrante compulsório (art. 301 do Código de Processo Penal).

Após incontáveis processos em que se concluiu pela responsabilidade do policial militar que extraviou seu armamento, provocou um acidente de tiro, ou ainda que, por não ter técnica ou tática de reação, não teve êxito e levou a pior, poder-se-á, pelo menos, aventar-se a possibilidade de que o implicado não teve algum treinamento adequado para o uso de arma de defesa em trajes civis.

É justamente para que o ensino na Polícia Militar, único e eficaz meio para mudar comportamentos e desvios, complemente a formação, aperfeiçoamento e atualização do policial militar, em todos os momentos do seu dia a dia e também, pela direta responsabilidade dos comandantes, é que este trabalho está sendo desenvolvido com o propósito de inserir, nos diversos currículos existentes, conteúdos que possibilitem o efetivo treinamento para que o policial, dentro de uma doutrina de procedimentos, possa portar e utilizar seu armamento, quando civilmente trajado, de serviço ou não. (grifos do autor)

Posteriormente, os dados citados acima serão atualizados, tabulados e mostrados novamente, no capítulo 1.

Foram realizadas pesquisas bibliográficas, quantitativas e qualitativas, sendo encaminhados questionários aos professores de tiro formados pela Escola de Educação Física da PMESP, e, posteriormente, foram realizadas entrevistas com policiais militares que se envolveram em ocorrências de confronto armado e sobreviveram, como vítimas de roubo, atentados feitos por facções criminosas

contra esses, tentativas de latrocínio, ocorrências em que o PM agiu em razão da função estando de folga e em trajes civis e obteve êxito na intervenção armada, dentre outras que serão elencadas ao longo da pesquisa. Os problemas que envolvem o presente estudo podem ser pré-definidos por meio dos seguintes questionamentos comentados como seguem, o treinamento de tiro “Método Giraldi®”, realizado atualmente na Polícia Militar do Estado de São Paulo, no Comando de Policiamento da Capital, no Estágio de Atualização Profissional, é suficiente para treinar o policial militar na condição de folga e em trajes civis a responder ou conter uma injusta agressão contra si ou contra terceiros? Existe algum tipo de treinamento ou curso específico sobre o assunto na Polícia Militar do Estado de São Paulo? É possível realizar o treinamento de tiro em trajes civis, estando o PM de folga ou de serviço no Estágio de Atualização Profissional? As repostas a essas perguntas se justificam conforme a análise dos currículos de formação, de alguns cursos de especialização profissional e do principal foco desta pesquisa, o EAP realizado no CPC, todos esses currículos já se mostrando ausentes no tema ora proposto, não possuindo uma unidade didática (UD) que trata de treinamento do PM em trajes civis em situações as quais esteja de folga, ou mesmo uma Pista Policial Especial (PPE) do mesmo tema. Verificou-se que somente o curso de especialização profissional CEP – Segurança Institucional, realizado pela Casa Militar do Gabinete do Governador, conta com 18 (dezoito) horas-aulas de Tiro Defensivo na Preservação da Vida – “Método Giraldi®”, habilitando o aluno PM na segurança e proteção de autoridades, realizando exercícios de extração, emboscada, saque de arma com empunhadura simples e dupla, exercícios de tiro policial real realizados pelo policial militar civilmente trajado (terno ou paletó) a pé, embarcado ou em aeronaves (PMESP, 2018). Ainda se fomentando a falta de treinamento com o referido enfoque acima mencionado, alguns autores da área de administração de recursos humanos imputam ao treinamento o fator de maior importância para se chegar ao resultado com qualidade, é o que verificou Idalberto Chiavenato (1989), que muito bem abordou a questão do treinamento:

“As modernas técnicas gerenciais de Administração em Recursos Humanos destacam o conceito de que a qualidade, muito antes de ser controlada (fiscalizada), deve ser efetivamente produzida. Assim, devem ser desenvolvidas e inovadas ações na organização para que o elemento humano seja induzido a uma situação que o faça interessar-se em desenvolver sua função dentro das

expectativas e dos padrões adotados pelas organizações. A maneira de obter adesão, é mostrar que ele também é responsável pela sobrevivência da organização e conscientizá-lo para a importância do seu trabalho para que ele fixe sua atenção e interesse. Com um programa de formação composto por processos de treinamento, desenvolve-se no elemento humano uma mentalidade positiva em relação à qualidade, à sua importância e à importância de todas as funções individuais para o sucesso do todo. O treinamento permite agregar novos conhecimentos, reforçar os já adquiridos, melhorando e desenvolvendo habilidades e propiciando, ainda, maior confiança no desempenho de suas funções.”

No primeiro capítulo será atualizado os dados da monografia do Cap PM Fernandes, no tocante ao roubo, furto e extravio de armas de fogo pertencentes ao acervo da PMESP e particulares mostrados na parte introdutória deste trabalho (FERNANDES DE BARROS,2000), em seguida serão analisados os currículos dos cursos de formação (Curso de Formação de Soldados - CFSd básico e específico, Curso de Formação de Sargentos - CFS, Curso de Formação de Oficiais - CFO), curso de especialização (Docência para TDPV “Método Giraldi”), cursos de aperfeiçoamento (Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos – CAS, Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – CAO, Curso Superior de Polícia – CSP), e o Estágio de Atualização Profissional – EAP, se estes possuem alguma abordagem nas instruções de tiro, em suas unidades didáticas, que tenham ênfase em treinamento com o PM civilmente trajado estando de serviço ou não. Será analisado o montante de policiais militares que realizaram Teste de Aptidão de Tiro (TAT) no EAP, feito pelo CPC nos anos de 2017 e 2018, buscando-se verificar o panorama de aprovação e reprovação, atualizando-se novamente a monografia do então Cap PM Ricardo Fernandes de Barros, já citada no presente estudo.

1.1. Indicadores criminais de armas de fogo do ano 2000,

Realizada pesquisa e atualização dos dados já tabulados e estudados no ano de 2000 (FERNANDES DE BARROS, 2000), como mencionado na página 19 (dezenove) desta pesquisa, no período do ano de 2017 foram extraviadas, furtadas e roubadas armas pertencentes ao acervo da PMESP e armas particulares de porte pertencentes ao efetivo ativo e da reserva, mostrando-se

uma média de 260 (duzentas e sessenta) armas de fogo, e no período do ano de 2018, nos mesmos moldes, foram um total de 191 (cento e noventa e uma) armas de fogo, dados esses pesquisados com a Corregedoria da Polícia Militar, totalizando-se nos referidos anos de 2017 e 2018, um montante de 451 (quatrocentas e cinquenta e uma) armas de fogo, apresentando uma queda em relação ao ano de 1999 de 209 (duzentas e nove) armas, ou seja 68,33% (sessenta e oito, trinta e três por cento), porém ainda um número significativo de armas parando na mão de meliantes, tornando-se assim um ciclo repetitivo, pois tais armamentos são usados novamente contra os próprios policiais militares e a população, sendo mostradas por tabelas e gráficos abaixo:

Tabela 1 – Armas extraviadas, roubadas e furtadas do acervo da PMESP

2017	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Roubadas	7	2	6	3	6	4	6	7	9	5	7	3
Furtadas	1	3	2	4	6	4	2	4	1	2	5	7
Extraviadas	3	0	4	5	3	1	2	2	1	2	3	4
Total	11	5	12	12	15	9	10	13	11	9	15	14

Fonte: Corregedoria da PMESP

Tabela 2 – Armas extraviadas, roubadas e furtadas particulares

2017	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Roubadas	5	4	7	4	4	4	7	4	7	6	6	7
Furtadas	4	3	4	3	3	4	2	8	5	6	4	3
Extraviadas	1	0	0	0	1	3	1	2	1	0	1	0
Total	10	7	11	7	8	11	10	14	13	12	11	10

Fonte: Corregedoria da PMESP

Tabela 3 – Armas extraviadas, roubadas e furtadas do acervo da PMESP

2018	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Roubadas	0	3	1	5	3	3	4	2	6	1	2	5
Furtadas	4	6	3	4	5	3	2	1	0	1	1	2
Extraviadas	0	2	1	3	0	0	5	3	1	5	0	1
Total	4	11	5	12	8	6	11	6	7	7	3	8

Fonte: Corregedoria da PMESP

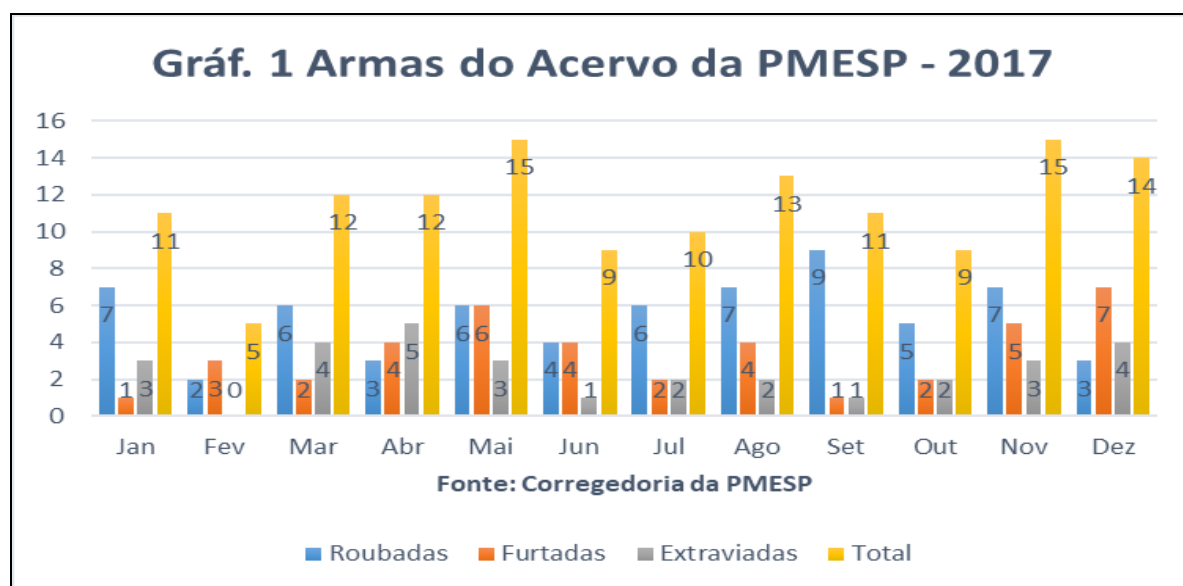
Tabela 4 – Armas extraviadas, roubadas e furtadas particulares

2018	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Roubadas	5	7	2	5	9	1	3	1	3	3	4	6
Furtadas	10	6	6	2	3	2	2	2	3	3	1	7
Extraviadas	1	2	1	0	0	0	0	0	1	0	1	1
Total	16	15	9	7	12	3	5	3	7	6	6	14

Fonte: Corregedoria da PMESP

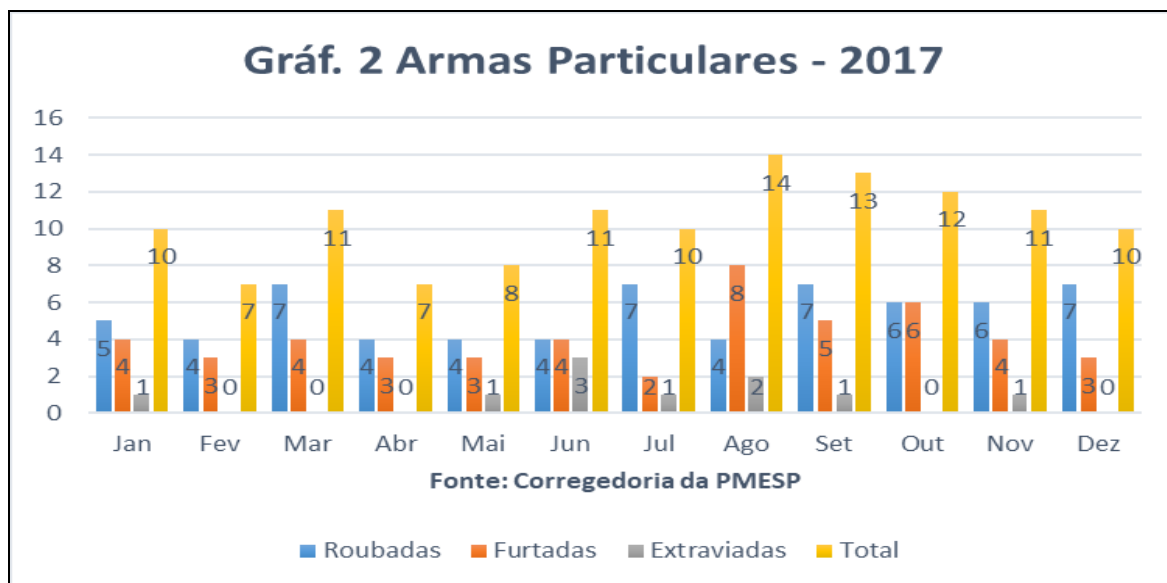
Verificando-se graficamente o ano de 2017, com relação às armas roubadas, furtadas e extraviadas do acervo da PMESP e armas particulares, tem-se:

Gráfico 1



Fonte: Corregedoria da PMESP

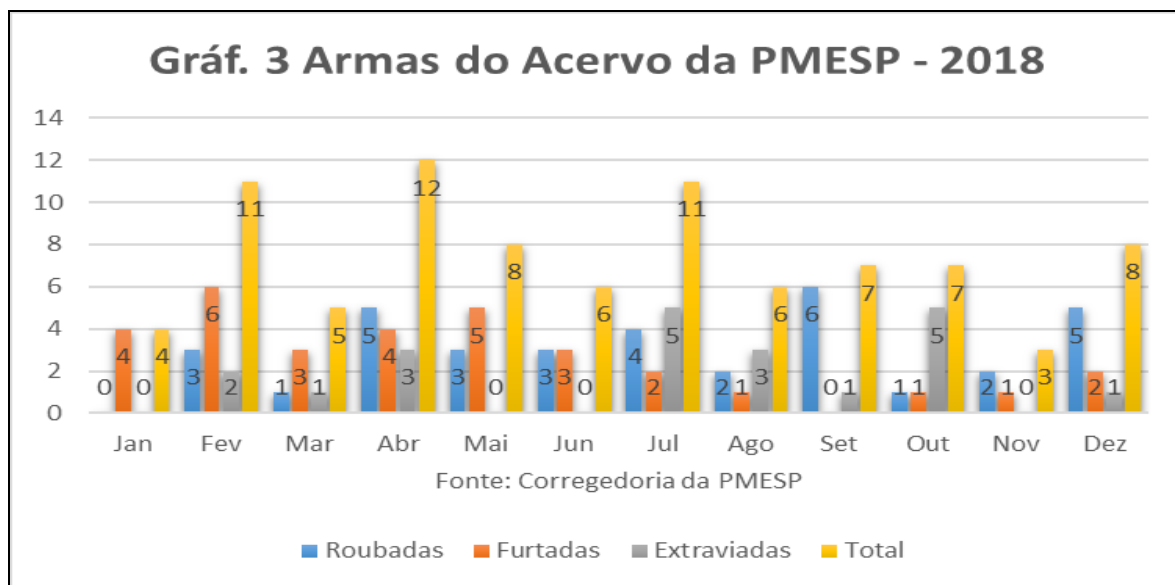
Gráfico 2



Fonte: Corregedoria da PMESP

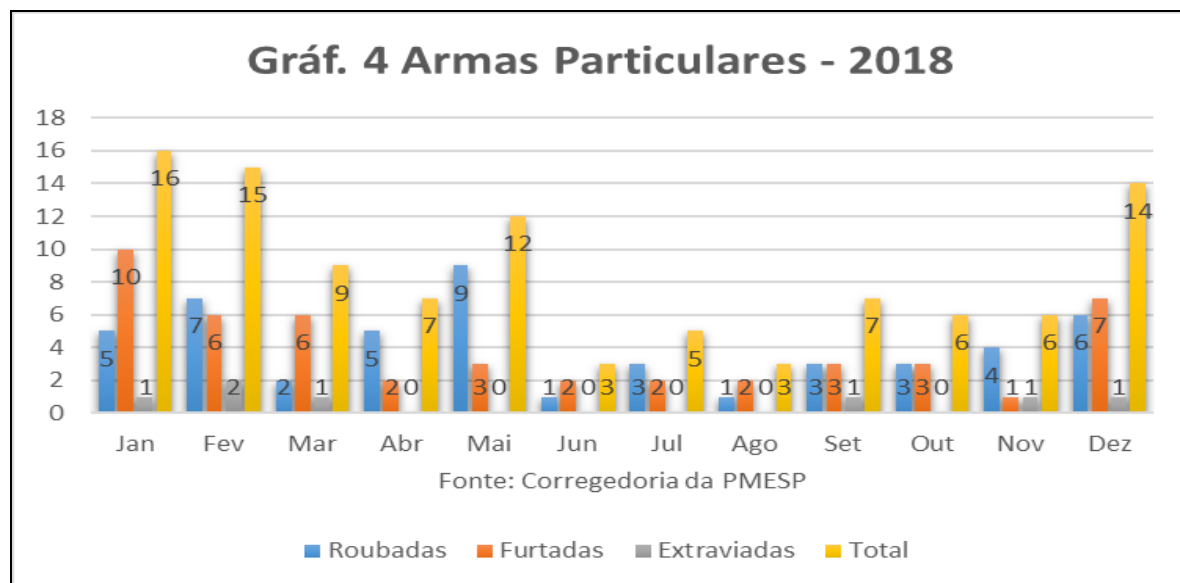
Com relação ao ano de 2018, tem-se:

Gráfico 3



Fonte: Corregedoria da PMESP

Gráfico 4



Fonte: Corregedoria da PMESP

As estatísticas mostradas acima, demonstram sua importância, pois evidenciam o crescente aumento da criminalidade e da violência desde os dados apresentados nos anos 2000, até o período de dezembro de 2018, e que de certa forma, não são tratados com muita importância pelo órgão de controle de material bélico da PMESP, o atual Centro de Material Bélico (CMB), antigo Centro de Suprimento de Material – Armamento e Munição (CSM/AM), que até o presente momento, não mudou a sua sistemática de controle de armamento policial e particular dos policiais militares (FERNANDES DE BARROS, 2000, p. 26 e p. 27), como podemos observar:

Várias são as estatísticas apresentadas por outros organismos ou produzidos pela Instituição policial militar, é o que está na moda. Os números estão dispostos e indexados de várias formas traduzindo a realidade ou evolução de algum dado.

Planejar uma ação para se combater um determinado problema requer um estudo aprofundado da evolução estatística referente àquele dado e ainda aos outros dados que são próximos ou concorrentes ao problema a ser combatido.

Os dados apresentados neste capítulo apontam uma evolução da criminalidade e da violência. A Instituição Polícia Militar dirige seu planejamento visando uma evolução negativa desses dados e para tanto adota políticas externas e internas sendo que as internas com enfoque para desenvolver e valorizar o homem que representa o elemento atuante para o sucesso do planejamento.

Alguns dados produzidos pela Polícia Militar são separados, divulgados, porém **não** são estudados de forma concorrente aos

principais, referentes à criminalidade. É o caso do extravio de armas da Polícia Militar e particulares dos policiais militares.

Foi constatado por meio de entrevistas, durante a pesquisa à Diretoria de Apoio logístico e ao Centro de Suprimento de Material – Armamento e Munição, que existe um entendimento de que determinado número de extravios, diante do total de armas existentes, pouco interessa à Instituição, trata-se de uma margem aceitável do ponto de vista comercial e de controle de material.

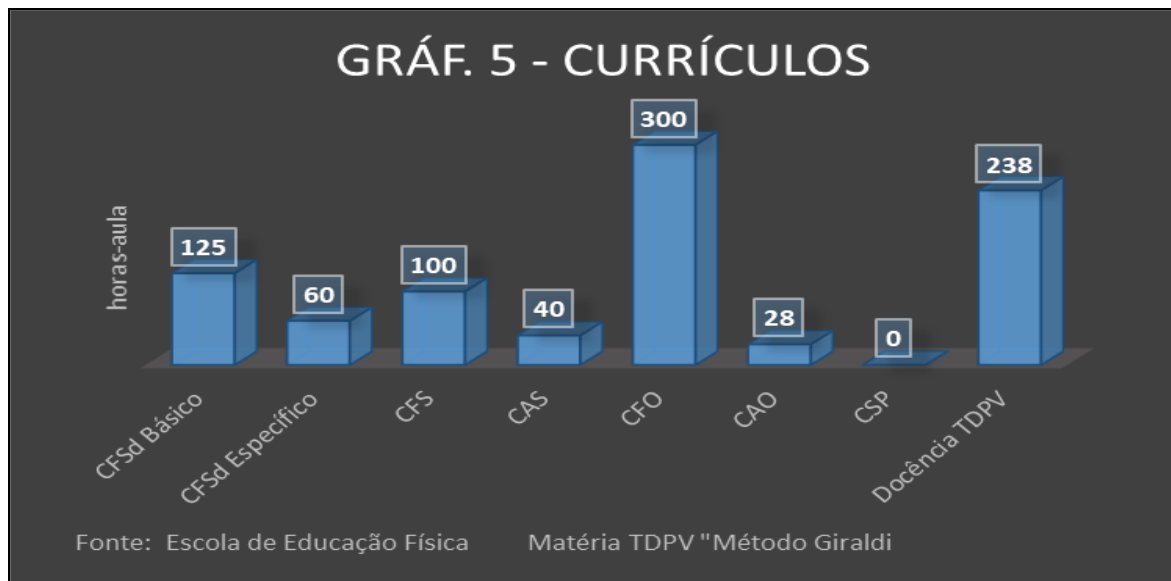
Essa forma de gerenciamento de material pode ser aceita para a maioria dos materiais existentes na PM. Essa margem de perda faz parte do processo normal; porém, levando-se em consideração o tipo de material (**arma**), o que representa para o policial militar como equipamento elementar e indispensável e ainda as consequências do roubo à integridade física do policial vítima, o entendimento acima, torna-se inaceitável.

1.2. Os currículos policiais militares do Estado de São Paulo

A análise realizada nos currículos de formação de nossos policiais militares por meio da *homepage* da Escola de Educação Física da PMESP², mostrou que existe uma grande variação no número de horas-aula na matéria TDPV “Método Giraldi”, não sendo um padrão com referência ao número de horas-aula entres os currículos examinados, tendo o Curso de Formação de Soldados Básico com carga horária de 125 (cento e vinte e cinco) horas-aula, o Curso de Formação de Sargentos com 100 (cem) horas-aula e o Curso de Formação de Oficiais com uma carga horária maior de 300 (trezentas) horas-aula. Continuando a análise, agora dos cursos de aperfeiçoamento, temos o Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos contando com apenas 40 (quarenta) horas-aula, o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais com menos ainda, 28 (vinte e oito) horas-aula e o Curso Superior de Polícia sem a previsão da matéria TDPV “Método Giraldi” em sua grade curricular. O curso de especialização de Oficiais e Praças, Docência para o TDPV “Método Giraldi” conta com 238 horas-aula para habilitar o professor do método nas armas disponíveis na PMESP. Por fim, o Estágio de Atualização Profissional conta com 9 (nove) horas-aula para treinar o policial militar uma vez ao ano. O presente gráfico ilustra essa variação numérica da quantidade de horas-aula nos currículos analisados:

²Informação obtida na listagem constante do sítio eletrônico da EEF. Disponível em: http://www.intranet.polmil.sp.gov.br/organizacao/unidades/eef/Tiro_defensivo/gtt/curr%C3%ADculos/. Acesso em 25 mar 2019.

Gráfico 5



Fonte: Escola de Educação Física da PMESP

Pormenorizando-se essa análise curricular, segue-se com dados estudados em 2000, porém que se mostram atuais (FERNANDES DE BARROS, 2000, p. 59 e p.60):

Os diversos currículos dos cursos da Polícia Militar, historicamente, sempre obedeceram os princípios basilares que norteiam a sua atividade fim. A atualização desses currículos ocorrem sempre acompanhando as mudanças no arcabouço jurídico que regem a Instituição; mudanças na forma de atuação, tipos de policiamento ou mesmo inclusão de matérias para acompanhar o desenvolvimento tecnológico do aparelho policial.

Mais especificamente na área de treinamento de tiro verificou-se na pesquisa que houve uma evolução no aspecto de aplicação da aprendizagem com a adoção do "Método Giraldi" e consequente formulação de um manual de tiro defensivo (M-19-PM). O treinamento de tiro ganhou o prenúncio de uma doutrina única, o que representa um passo importantíssimo com reflexos futuros muito positivos. O "Método Giraldi" carece de complementação a fim de ampliar as inovações necessárias ou adequações à realidade da Instituição, em termos de recursos didáticos. Na realidade, seu escopo principal, não se refere ao treinamento técnico e sim a aplicação tática e avaliação de desempenho.

O treinamento de tiro está no caminho certo, criou-se uma preocupação para esta atividade jamais vista, graças ao trabalho sério e muito bem realizado do Cel Giraldi, porém ainda está muito distante de se afirmar que os policiais militares estão conseguindo treinar e mais distante ainda que estão preparados para o uso de arma. Na concepção do atual treinamento não são levados em consideração os fundamentos do tiro, bem como a transformação de movimentos motores em ações neuromotoras. Tais

pressupostos, fundamentos e repetições, representam a essência do real treinamento de tiro. A periodicidade exigida para avaliação de tiro existe, porém torna-se inexecutável por falta de tempo, falta de material ou pior, falta de vontade ou interesse, além do que, não se pode avaliar o que não é ensinado, nem exercitado.

A presente análise buscou verificar nos currículos tabulados se existem unidades didáticas da matéria TDPV “Método Giraldi” que tratam do tema proposto, e não foi encontrado nenhum treinamento de tiro voltado a treinar o policial militar em condições de folga e em trajes civis, analogamente, no início da implantação do TDPV “Método Giraldi, nos meados do ano de 1997, não houve previsão do referido tipo de treinamento, somente a previsão do treinamento do PM em cenários que ele se encontra de serviço regular, como segue (FERNANDES DE BARROS, 2000, p. 63 e p. 64):

O curso básico de tiro defensivo, conforme o método Giraldi, apesar de conter na capa da apostila a frase “Sem os fundamentos não se chega ao aperfeiçoamento”, de autoria do próprio Cel Giraldi, pouco se trata no conteúdo do referido compendio, sobre o detalhamento dos reais fundamentos do tiro, ou seja; o coldre adequado, adaptado, amaciado; o cabo da arma, adaptado à mão do atirador; a posição do corpo com relação ao agressor; a empunhadura de antes do saque até a posição final para o tiro; o controle do acionamento da tecla do gatilho, desde o simples toque até seu curso final e consequente disparo; posição final da arma relacionada ao aparelho de visão do atirador e a região de maior alvo do agressor. Esses são os reais fundamentos do tiro e para esses fundamentos o treinamento de tiro deve dispensar toda a carga de atenção.

Os fundamentos acima citados devem ser interiorizados pelo instruendo de tiro de forma detalhada sendo aplicados de forma repetitiva e com padrão de procedimentos únicos, jamais de forma livre ou a critério do aluno. Para a implantação do treinamento de tiro em trajes civis tais detalhes e doutrina de procedimentos são imprescindíveis, pois, uma situação jamais será igual a outra, porém, a forma de buscar a arma, empunhá-la, direcioná-la e de acioná-la por meio da tecla do gatilho, sempre deve ser a mesma e para isso esses fundamentos devem estar interiorizados de forma que o movimento completo seja realizado naturalmente, de forma imperceptível, ou seja, um movimento neuromotor.

O treinamento de tiro não requer exclusivamente munição. Dizer que não há instrução de tiro porque não há munição consiste em uma justificativa comum para a falta do treinamento. Treinar tiro é repetir, repetir, repetir sempre todos os fundamentos, detalhadamente, pois, após o acionamento da tecla do gatilho, só ter-se-á o resultado do movimento. A parte da instrução de maior importância é relativa à internalização dos fundamentos, bastante tiros em seco, portanto uma quantidade de munição suficiente para uso em pistas policiais de instrução e de aplicação.

Há 19 (dezenove) anos, o estudo do tiro policial mostrou-se contemporâneo, evidenciando a necessidade de mudança de comportamento e treinamento (FERNANDES DE BARROS, 2000, p. 11) a seguir:

“O tema sempre mereceu críticas e propostas óbvias por parte dos reconhecidos, porém pouco lembrados, instrutores de tiro da Polícia Militar. Aqueles que foram designados quando jovens, ainda sem deter o conhecimento; se aprofundaram por meio de cursos ou leituras de técnicas de treinamento; foram, em algum momento, vencedores por seus próprios méritos, ou seja, aplicaram a técnica que desenvolveram e puderam constatar êxito nos resultados. A esses instrutores pouco resta senão defender sua tese em trabalho monográfico, na oportunidade do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais ou ainda arriscar-se em escrever livros sobre o tema. Existe uma gama de trabalhos e algumas obras editadas, todas convergindo para a defesa de um treinamento empregado com doutrina e de forma rotineira; com periodicidade, no mínimo, mensal [...]”

1.3. A fragilidade institucional na falta de treinamento do PM estando de folga e em trajes civis

Conforme mostrado acima nas tabelas 1,2,3,4 (p. 22), nos gráficos 1,2,3,4 (p. 23) e na análise dos principais currículos policiais militares (subitem 1.1.), denotam o total despreparo do PM quando se encontra civilmente trajado, em sua hora de folga, que por não ter obtido instrução em seu curso de formação policial, ou em algum curso de especialização voltado a tiro policial, ou mesmo no EAP PM, é uma das principais vítimas de infratores da sociedade armados, os quais vêm aperfeiçoando suas técnicas de roubo, pois os policiais militares portam sua arma de fogo de maneira errada, não treinam a melhor maneira de sacar sua arma em um confronto armado e ainda, emocionalmente e psicologicamente falando, no momento crucial do combate, deveriam efetuar disparos em um possível infrator para neutralizá-lo, não o fazem e são na maioria dos casos, feridos e mortos, como será mostrado posteriormente. A evolução da criminalidade e a sua ousadia foram estudadas pelo Coronel Jairo Paes de Lira em sua monografia em 1990, e como o trabalho do Cap PM Ricardo Fernandes de Barros (2000), também se mostra extremamente atual o brilhante estudo a seguir:

Vários autores e pesquisadores tratam do tema “Violência e Criminalidade” abordando questões que se encontram coincidentes em outros textos redigidos. Curiosamente, após a leitura de um texto redigido em 1990, pôde-se constatar que, se este mesmo tema fosse redigido hoje, ano 2000, traria a mesma causa e o mesmo descaso por parte da política

de promoção da ordem pública, em nível nacional. Do trabalho monográfico elaborado pelo Cel Paes de Lira (1990; p. 84), pôde-se trazer alguns pontos (FERNANDES DE BARROS, 2000):

“Uma reflexão mais ampla desse clima de violência brutal que permeia nosso cotidiano, trará fatalmente dificuldades e embaraços a alguns setores privilegiados da sociedade brasileira. Acarretará embaraços para a classe política, por exemplo, e igualmente para as chamadas elites. Para empresários que se negam a pagar melhores salários aos empregados com a mesma insensibilidade com que ostentam seus iates e Mercedes. Mas provocará embaraços, também, a todos os integrantes da classe média, os que tiveram privilégio de nascerem em lares bem construídos, de contar com o amor de pai e mãe, de receber boa alimentação na infância, ir à escola e até chegar à faculdade.

O combate às causas da criminalidade terá de passar, certamente, pelo mea culpa de todos esses seguimentos, cuja insensibilidade diante dos problemas sociais, excessivo apego aos bens materiais, consumismo desvairado, desprezo pelos valores morais e éticos, acabam gerando os fatores criminógenos que contribuem para o atual e assustados quadro de violência com que defrontamos.

Essa visão exclusivista, que confere ao crime em geral o rótulo de problema essencialmente social, implica uma inversão de valores chocante: todos aqueles que possuem o mínimo de bens materiais são culpados; os bandidos são as vítimas inocentes do sistema social iníquo.

Não concordo com isso. Em primeiro lugar, porque o determinismo social e a redução dos intrincados componentes do relacionamento humano a uma mera fórmula econômica, basilares da teoria marxista, desmoronaram. Fracassaram como fracassou todo o pensamento marxista-leninista. Em segundo lugar, porque a observação da realidade impõe outra conclusão. Senão, como explicar que a maioria esmagadora dos pobres trabalha duro para ganhar a vida, ao invés de voltar-se para o crime? Como explicar os crimes contra o patrimônio (em sentido amplo) praticados por pessoas de posse? Como explicar o ato de um ladrão que, após apoderar-se dos bens pretendidos, viola e mata uma menina de nove anos de idade?

Não é razoável desconsiderar os problemas sociais como fatores criminógenos. Eles o são – mas não são de modo algum exclusivos. Os crimes praticados pela premência da fome são até mesmo justificáveis. Mas, na maioria das infrações, e muito particularmente nos crimes contra o patrimônio seguido de violência física (sexual inclusive), a vontade é o elemento moral indissociável do ato”.

“Os condicionantes biopsíquicos mostram ser, pelo menos tão importantes, na gênese do crime, quanto aos sociais. A permanente insatisfação do homem, que se traduz frequentemente na ganância, explica os crimes de “colarinho branco”. A falta de coragem de lutar pela vida explica o recurso ao crime por muitos. Frustrações de grau patológicos explicam muitos crimes praticados por pessoas que têm, pelo menos, o suficiente para viver em condições razoáveis. Graves distorções de personalidade explicam a violência gratuita do criminoso contra a vítima indefesa.

Por outro lado, é inegável que a impunidade favorece o crime. O criminoso urbano violento de hoje conta com razoável grau de certeza que:

- a. poderá escapar à prisão;
- b. se for preso, poderá negociar sua liberdade; ou contar com o acovardamento das vítimas e das testemunhas; ou ser beneficiado pela fraqueza da lei, apanhando uma pena leve;
- c. se apenado, obterá logo os amplos benefícios de que goza o infrator, no tocante a execução da pena, mesmo para crimes graves (exceto os que foram definidos como hediondos, pela lei nº 8072/90).

Segundo o Cap Fernandes de Barros (2000), outro autor que muito bem abordou o tema referente às causas da violência e avanço da criminalidade, colocando a mídia como grande colaboradora desse triste resultado, foi Pereira de Souza (1999), apresentado a seguir:

“Causas da violência”

“A origem da violência que assistimos hoje em toda a parte e que tentamos explicar, está em fatos triviais na nossa sociedade de consumo aos quais não damos importância, ou melhor, está literalmente diante dos nossos olhos e, mesmo assim, não vemos.

Os meios de comunicação, principalmente a televisão e os nossos jornais e revistas, agem de várias formas, de modo não intencional, mas de qualquer forma irresponsavelmente, proporcionando condições para o aumento da violência.

Em primeiro lugar, insistindo em mostrar essa face do homem primitivo. Há muitos anos, desde o início do cinema, tem havido uma exagerada ênfase ao tema da violência e a banalização da morte. Os faroestes e os filmes policiais transformaram a morte num fato sem importância. Os filmes modernos levaram o assunto violência ao extremo ao mostrar corpos metralhados e ensanguentados, (com os esmerados efeitos especiais) levando as pessoas a esquecer o drama da morte, pois os autores das violências agem friamente antes e depois da barbárie que praticaram como se fosse um ato banal. O cinema hoje tem assistência restrita e é pela televisão que os filmes são mais divulgados. Há os que acham que a exibição da violência não influi no espectador de tais filmes, mas isso só mostra como eles já estão anestesiados pela grande quantidade de espetáculos semelhantes mostrados todos os dias pela TV. É evidente que a repetição não só de atos violentos, mas o que é pior, praticados com inacreditável frieza, cria nas pessoas que assistem uma tendência a justificar e admitir como normais tais atrocidades. Ao assistir a tantos atos de selvageria, as pessoas gravam inconscientemente aquilo como se fosse comum e tendem a praticar os mesmos atos quando pressionados por acontecimentos da vida real. Condiionadas por esses exemplos, as pessoas reagem violentamente a qualquer provocação no trânsito, por exemplo. Basta olhar os nossos jornais para confirmar o que afirmamos. As crianças entendem a ficção dos filmes como a realidade e são ainda mais prejudicadas por essas demonstrações de crueldade e tem a sua inocência natural substituída por uma visão deformada do mundo. Nas crianças e adolescentes há também uma influência nefasta de certos videogames que as induzem a inacreditáveis atos de brutalidade, como lutas sangüinárias ou mesmo a matar por prazer pois quanto mais inimigos mortos, mais ganham pontos no jogo, como se matar fosse a coisa mais normal, o que certamente prejudica a sua formação.

Em segundo lugar, a televisão, age também criando necessidades e frustrações por estar inserida na sociedade de consumo. Ao fazer a publicidade de inúmeros artigos e bens, a televisão fabrica necessidades imaginárias de ter coisas supérfluas, incutindo subliminarmente no espectador a idéia errada de que a sua felicidade depende de ter inúmeros bens. Mostra felizes proprietários de

automóveis sofisticados devidamente acompanhados de mulheres maravilhosas, ensinando que, para ser feliz, é necessário ter bens tanto necessários como supérfluos. Quando a televisão cria necessidades imaginárias também produz a frustração nas pessoas que não tem meios de adquirir os artigos anunciados. Hoje a TV existe em favelas e atinge quase a totalidade da população. Ora, muito poucos podem adquirir tudo o que é anunciado. O resultado é a frustração de quase todos porque não conseguem "a felicidade de ter" ensinada subliminarmente pela televisão. O resultado é que as pessoas entendem que são terrivelmente infelizes, o que pode conduzir aquelas que não tem uma boa formação a praticar atos ilícitos para satisfazer aquelas "necessidades".

Outro fator que prejudica os telespectadores são os maus exemplos dados geralmente nas novelas: a exploração do sexo, as traições dos casais, a perversidade dos personagens (quanto mais perverso o personagem mais o público se empolga com as novelas). O resultado dessa influência é a desagregação das famílias e o incentivo à licenciosidade e ao agir pensando que os fins justificam os meios. Um fato curioso a respeito das novelas é que as histórias se desenrolam em casas sofisticadas, ricamente decoradas onde os personagens vivem confortavelmente e raramente são mostrados trabalhando, fazendo supor que para ter tais comodidades não é necessário trabalhar.

Não só a programação da televisão como é feita hoje prejudica a nossa sociedade, também os jornais sensacionalistas que mostram violência desnecessária. Mas nada atinge mais as pessoas do que a televisão que entra em quase todos os lares, porque não descreve fatos, ela mostra imagens em cores reais e mesmo quando mostra histórias fictícias o telespectador apreende essas imagens como "reais" em seu subconsciente. O jornal pode noticiar um fato que a pessoa não viu com os seus próprios olhos e ela até pode duvidar do jornal, mas a televisão mostra imagens "reais", das quais o espectador de certa forma não pode duvidar, pois ele está vendo acontecer. Esse instrumento poderoso de educação e convencimento está sendo mal utilizado por estar a serviço do consumo e dos índices de audiência. O dinheiro move tudo. O lucro das empresas é mais importante do que o desserviço que a TV está trazendo à sociedade. A televisão, de um lado, produz frustrações, por outro lado indica subliminarmente a solução pela violência. Incute nos telespectadores a idéia errada de que a felicidade só é possível para quem tem. Enquanto isso quase que só mostra o lado mais sórdido do homem: a perversidade, a brutalidade e os maus costumes. A causa de serem exibidos quase que só filmes prejudiciais, não significa, entretanto, qualquer premeditação por parte das emissoras: isso faz parte da luta pela audiência. O que mais chama a atenção das pessoas? Os fatos mais chocantes como de violência, terror ou nojo e por isso existem tantos filmes como "O exterminador do futuro", "A casa do espanto" ou "A mosca" (há até "O massacre da serra elétrica!").

Se analisarmos a vida nas grandes cidades concluiremos que a própria concentração da população conduz à discórdia entre as pessoas, que vêm no outro um concorrente na luta pela sobrevivência principalmente porque existe hoje uma noção falsa de liberdade que entende que ser livre é ser egoísta e não respeitar a liberdade dos outros (este é um assunto de que trataremos em outra

ocasião). O simples fato de viver em uma cidade grande tende a tornar os indivíduos irritados, frustrados e até agressivos. Some-se a isso a grande influência dos meios de comunicação que descrevemos acima, principalmente da televisão, e teremos como resultado o crescimento da violência que assistimos. E aí vem o círculo vicioso: quanto mais violência, mais atos violentos são noticiados diariamente, inculcando nas pessoas a idéia errada de que são fatos corriqueiros e inevitáveis.

A maneira de fazer televisão tem que ser repensada pois não se tem levado em consideração o grande poder da imagem no inconsciente das pessoas, que as influencia e sugestiona, podendo-se até afirmar que as faz agir de acordo com os estímulos recebidos. Quando surgiu a TV supôs-se que seria um poderoso meio de entretenimento sadio, de informação e até de educação como ela é e tem sido apesar de tudo, mas os interesses comerciais de audiência que exigem a atenção do espectador a qualquer custo, mesmo mostrando cenas de crimes hediondos de uma violência incrível e mostrada em todos os seus detalhes, de exploração do sexo, de perversidade, tem tido um efeito terrível nas pessoas, que ainda não se conscientizaram disso, e que nem mesmo os responsáveis pelas emissoras imaginam.

A prova do que afirmamos está na escalada da violência. É evidente que a exibição da violência no cinema e na TV não é a única causa criminalidade. Pode ser atribuída também à miséria ou à vida desumana, que se vive nas grandes cidades. Mas como explicar os frios assassinatos acontecidos recentemente em escolas nos Estados Unidos praticados por adolescentes de classe média, em cidades pequenas? Os fatos demonstram uma clara relação entre a violência mostrada na TV e a selvageria dos acontecimentos. É fácil concluir que crianças diariamente expostas a imagens de brutalidade em filmes de TV ou sendo induzidas a praticar atos de crueldade e matanças em certos videogames, armazenam essas imagens em seu inconsciente, e tendem a praticar os mesmos atos na vida real. Isso porque o inconsciente não distingue imagens de ficção de imagens reais. É esse o ponto que está passando despercebido dos responsáveis pela TV e das autoridades. O resultado é que estamos sendo manipulados pelas imagens sem termos idéia das consequências.

Até que seja conseguida a persuasão das emissoras, que tem sido relutantes em modificar a sua programação diminuindo os aspectos negativos apresentados, como filmes violentos e novelas licenciosas, mude para os canais da televisão educativa que livrará sua família da influência prejudicial da TV comercial. Ou melhor ainda, em vez de ligar a televisão, converse ou brinque com os seus filhos, ou leia um bom livro (conversar e ler: bons hábitos que estão cada vez mais raros hoje em dia)".

Sergio Olímpio Gomes (1999; p. 44), também abordou o tema com muita propriedade, elencando causas comuns aos outros autores, vejamos alguns trechos:

“A violência e a criminalidade crescem de forma assustadora em nosso país. O terreno é fértil e propício para a prosperidade do crime: miséria e desigualdade social, dimensão continental do território,

disseminação do uso de drogas, consumismo estimulado pela mídia, instabilidade econômica, desemprego, facilidade de obtenção de armas, e para completar, o quadro da sensação de impunidade que dá a nítida impressão de que no Brasil o crime compensa; Leis defasadas ou inexistentes, Justiça lenta, sistema prisional falido e aparato de Segurança Pública deficiente contribuem para que a impunidade paire nas mentes deformadas, perdendo a noção de respeito à vida e a convivência em sociedade.

Ao estudar a criminalidade deparamos com dois tipos básicos: a individual, representada por indivíduos isolados, existente em qualquer sociedade humana, mesmo nas abastadas e harmônicas e que por uma série de mecanismos psicológicos e inadaptação à vida social, são levados a cometerem os mais variados crimes. Este tipo de crime sempre existirá e constitui num problema normal de Segurança Pública em qualquer país. O outro tipo é o crime epidêmico, o banditismo, que ocorre quando uma determinada sociedade apresenta condições de anormalidades tais, que são geradas condições para que um número desproporcional de seus indivíduos passe a adotar a vida criminoso como normal.

A estimativa feita pelo Banco Mundial é de que o crime esteja gerando atualmente cerca de 500 bilhões de dólares ano em todo o planeta. O crime está implantado mundialmente, é transnacional. Apesar de aplicarem bilhões de dólares na prevenção e na repressão ao crime, os Estados modernos não estão conseguindo contê-lo.

No Estado de São Paulo existem atualmente 600.000 armas regulares cadastradas no SINARM. 26.000 destas armas foram recadastradas no período de anistia dada pela lei 9437, que não eram registradas, pois eram clandestinas, contudo, a perspectiva é de que existem mais de 3 milhões de armas clandestinas no Estado. A polícia em São Paulo apreende uma média de 30 mil armas ilegais por ano, o que, visto de forma otimista, deixará a população, no mínimo, mais 100 anos à mercê de criminosos armados”.

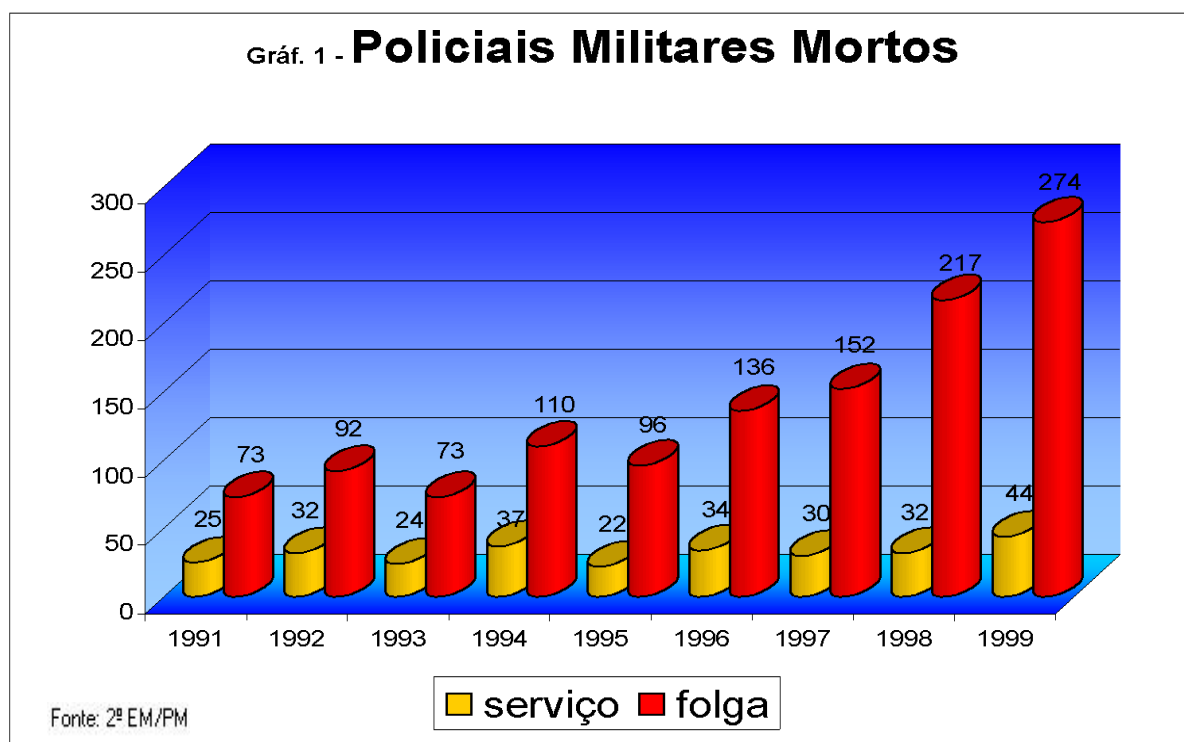
Além desses aspectos sociais e econômicos mostrados pelos autores citados, o Coronel Jairo Paes de Lira elencou algumas condutas cometidas pelos policiais militares no ano de 1990, que até hoje têm por hábito a mesma prática, contribuindo assim para se tornarem vítimas em potencial de criminosos que cometem uma violência pré-ordenada contra os nossos policiais militares, e podemos observar abaixo alguns fatores que concorrem para essa violência:

1. erros táticos de conduta: trata-se do policial militar que, após constatar alguma atividade criminosa nas imediações de sua residência age isoladamente e expõe-se diretamente;
2. o problema da moradia: verifica-se que muitos policiais militares residem em bairros mais pobres da periferia da Capital. Muitas vezes são obrigados a ocultar sua condição de PM para não serem atacados diretamente ou por meio da sua família. Agrava-se a este problema o fato do PM ter que andar fardado para não pagar condução e ao mesmo tempo ocultar sua condição profissional;

3. a carteira de identidade policial (ANEXO IV): não só a carteira funciona, mas qualquer peça que o identifique como policial consiste em um grande risco no caso de um assalto. Além de ser obrigatório, conforme o regulamento disciplinar, com a vigência da nova lei de porte de arma, torna-se imprescindível e necessário, pois, o porte de arma, como funcional, requer a apresentação compulsória da carteira de identidade funcional; e
4. falta de aguerrimento ou de cautela: o policial militar quando de serviço adota um comportamento cauteloso, atento e aguerrido, já quando de folga, boa parte desses policiais tornam-se desatentos e pouco cuidadosos com relação a sua segurança pessoal, inclusive fardados.

O gráfico mostrado a seguir, foi extraído do estudo do Cap Fernandes de Barros (2000), denota a vitimologia PM no período do ano de 1991 a 1999, tabulando a relação de policiais militares mortos em serviço com a relação dos mortos no período de folga:

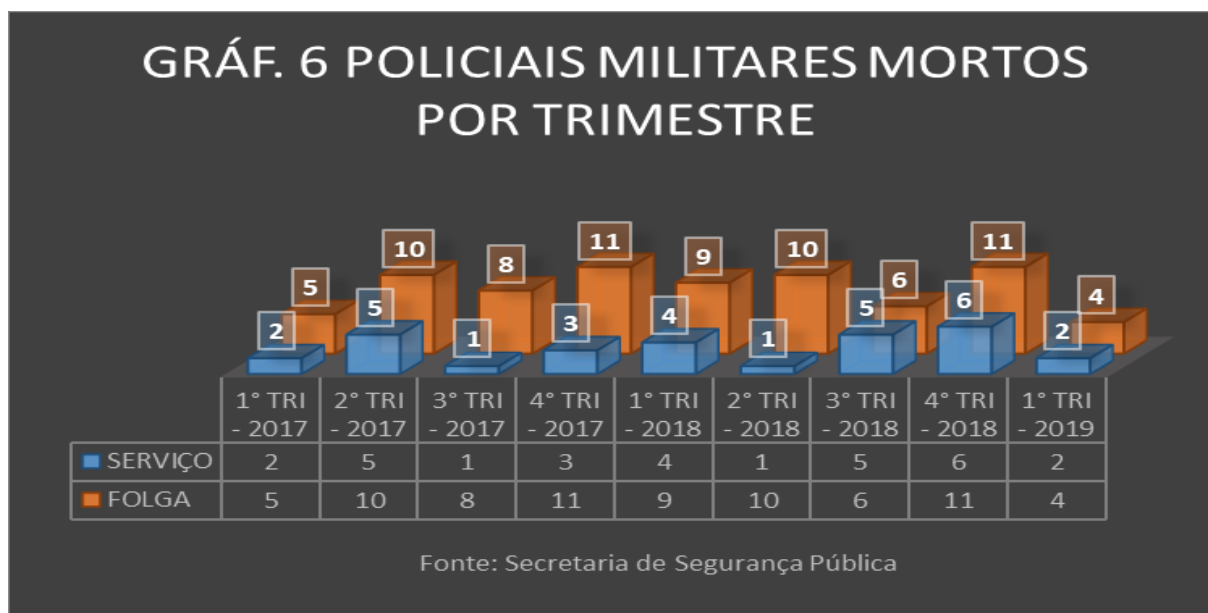
Figura 1



Fonte: Fernandes (2000)

Fazendo-se uma verificação mais pormenorizada do estudo da vitimização no período do ano de 2017, 2018 e 2019, sendo tal verificação feita trimestralmente como mostrado a seguir:

Gráfico 6



Fonte: Secretária de Segurança Pública - SSP

Verifica-se e se conclui que ao analisar os dois gráficos da vitimologia policial militar acima mostrados, em seus números absolutos, independentemente da porcentagem, desde o ano de 1991 (mil novecentos e noventa e um) até o 1º (primeiro) trimestre do ano de 2019 (dois mil e dezenove), a quantidade de policiais militares vítimas dos diversos tipos de crimes violentos com o resultado morte, sempre supera àqueles sofridos em horário regular de serviço, e que o ápice dessa mortandade policial foi no ano de 1999 (mil novecentos e noventa e nove), totalizando-se 274 (duzentos e setenta e quatro) casos de policiais militares mortos no horário de folga.

Além da Secretária de Segurança Pública, 2ª (segunda) Seção do Estado Maior da PMESP (2ª EM/PM), Corregedoria da Polícia Militar do Estado de São Paulo (Correg PM), o Instituto “Sou da Paz”³, uma ONG (Organização Não Governamental) criada por estudantes no ano de 1997 (mil novecentos e noventa e sete) por meio do lançamento da campanha “Sou da Paz”, teve com objetivo principal, a 1ª (primeira) campanha de recolhimento e destruição de armas em âmbito nacional. O referido instituto realizou uma pesquisa de vitimização policial militar nos mesmos moldes feitos pelos órgãos do Governo do Estado de São Paulo ora anteriormente mencionados neste parágrafo, sendo o estudo realizado com base

³ Informação disponível em <http://www.soudapaz.org/>. Acesso em 20 junho 2019.

nos de anos de 2012 (dois mil e doze) a 2016 (dois mil e dezesseis), de acordo com dados oficiais, dos 243 (duzentos e quarenta e três) policiais mortos na capital entre 2012 e 2016, 52 (cinquenta e dois) morreram em serviço e 191 (cento e noventa e um) durante o horário de folga. Ou seja, oito a cada dez policiais vítimas fatais de violência morreram em seu horário de folga. O número absoluto de casos por ano em serviço variou pouco desde 2012, registrando redução significativa apenas em 2015. Por sua vez, as mortes de policiais fora de serviço caíram entre 2012 e 2016, apesar de uma pequena oscilação em 2014, cabendo-se salientar que os números apresentados são a somatória de policiais civis e militares, graficamente mostrado a seguir:

Figura 2

Policiais mortos na capital por situação e corporação (2012 – 2016)

Situação do policial morto	Corporação	2012	2013	2014	2015	2016	2012-2016
Em serviço	Polícia Civil	2	2	3	0	3	10
	Polícia Militar	9	12	8	5	8	42
	PM : PC	5:1	6:1	3:1	-	3:1	4:1
Fora de serviço	Polícia Civil	5	7	6	7	7	32
	Polícia Militar	48	32	35	25	19	159
	PM : PC	10:1	5:1	6:1	4:1	3:1	5:1
Em serviço e fora de serviço	Polícia Civil	7	9	10	6	10	42
	Polícia Militar	57	44	43	30	27	201
	PM : PC	8:1	5:1	4:1	5:1	3:1	5:1

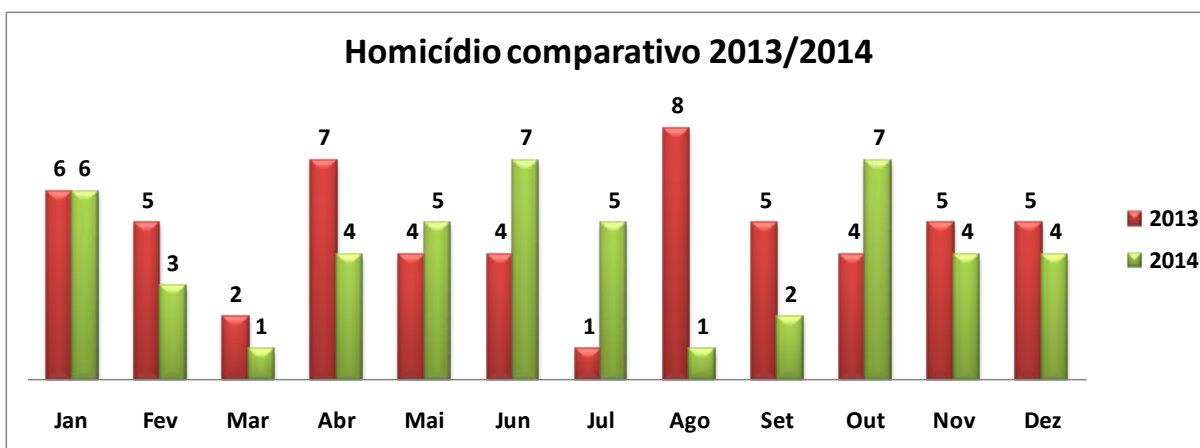
Fonte: Instituto Sou da Paz

A presente tabela elaborada pelo Instituto “Sou da Paz” com base em dados fornecidos pelas Corregedorias das Polícias Civil e Militar do Estado de São Paulo, mostra também a fragilidade que se encontram os policiais civis (não são o foco deste estudo), acometidos assim como os policiais militares em suas horas de folga, totalizando-se no período do ano de 2012 (dois mil e doze) ao ano de 2016 (dois mil e dezesseis), 159 (cento e cinquenta e nove) policiais militares mortos no horário de folga, e para efeito estatístico, tem-se a relação de 5 (cinco) policiais militares mortos a cada 1 (um) policial civil morto no estado de São Paulo, segundo o Instituto. Em resumo, o Instituto “Sou da Paz” destaca que policiais civis e militares correm maior risco de serem mortos nas sextas-feiras e sábados, entre 18h00 e 23h59, na Zona Leste da capital; a vítima típica é do sexo masculino, branca, com idade entre 30 e

44 anos, e é alvejada com arma de fogo no seu horário de folga (70%); três entre dez policiais morreram durante tentativas de roubo contra si próprio, entre esses, 45% reagiram ao roubo; um a cada dez policiais foi morto ao tentar intervir em crimes em andamento durante o seu horário de folga; e um a cada quatro policiais mortos em 2012 e 2016, pode ter sido executado, tanto em homicídios premeditados quanto após sua identificação como policial durante roubos. Dentre as vítimas, 37% sofreram disparos na cabeça.

A publicação dos dados estatísticos oficiais pela Corregedoria da Polícia Militar (CorregPM) mostraram que o crime de homicídio doloso contra PM apresentou sensível redução no Estado de São Paulo, enquanto o crime de latrocínio contra PM apresentou sensível acréscimo, ambos no comparativo de janeiro a dezembro 2014/2013. Nessas modalidades criminosas, os infratores atentam contra a vida e o patrimônio dos Policiais Militares, por meio de arma de fogo. Destarte, os criminosos cometem tais delitos, seja para o cometimento do roubo, ou execução, ou ainda em virtude de confronto com policiais de serviço. Fato é que esse é um crime que golpeia implacavelmente o escudo protetor da sociedade, causando sofrimento psicológico e tensão à tropa. Foi pesquisado pelo Centro de Inteligência da Polícia Militar – CIPM e pela Correg PM, no período de 01 de janeiro de 2014 a 27 de janeiro de 2015, analisadas em um universo de amostragem de 89 (oitenta e nove) ocorrências de homicídio e latrocínio contra os policiais militares de todo o Estado de São Paulo, apresentando-se a seguinte análise comparativa:

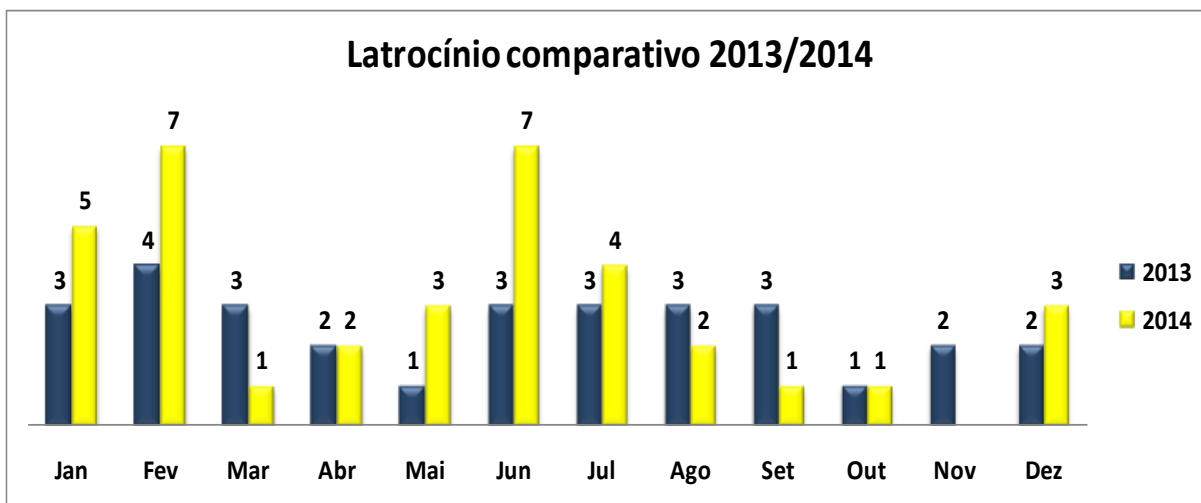
Figura: 3



Fonte: CIPM e CORREG PM

Foram em 2013, 56 (cinquenta e seis) casos e em 2014, 49 (quarenta e nove) casos de homicídio.

Figura: 4

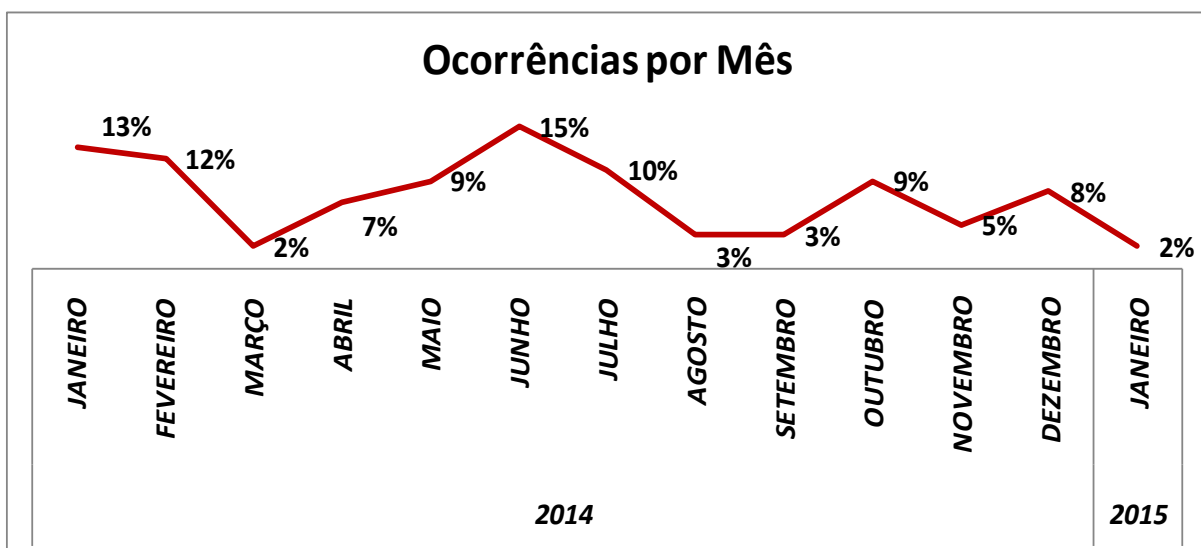


Fonte: CIPM e CORREG PM

Foram em 2013, 30 (trinta) casos e em 2014, 36 (trinta e seis) casos de latrocínio.

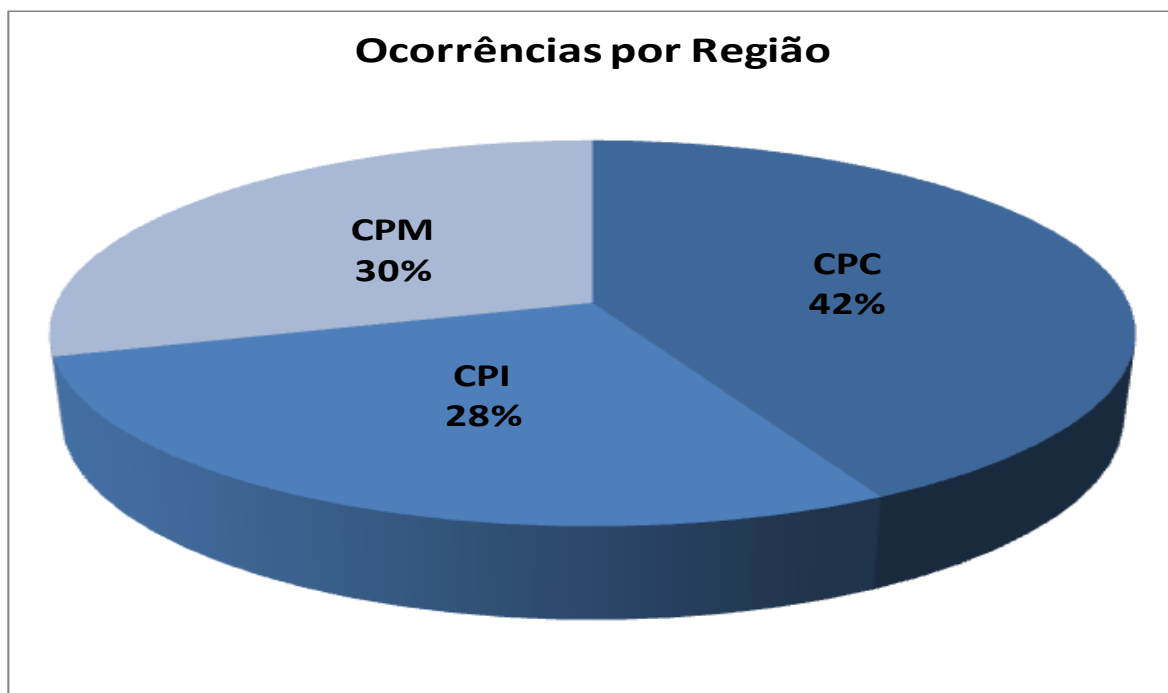
A análise dos eventos, apresentou os seguintes dados:

Figura: 5



Fonte: CIPM e CORREG PM

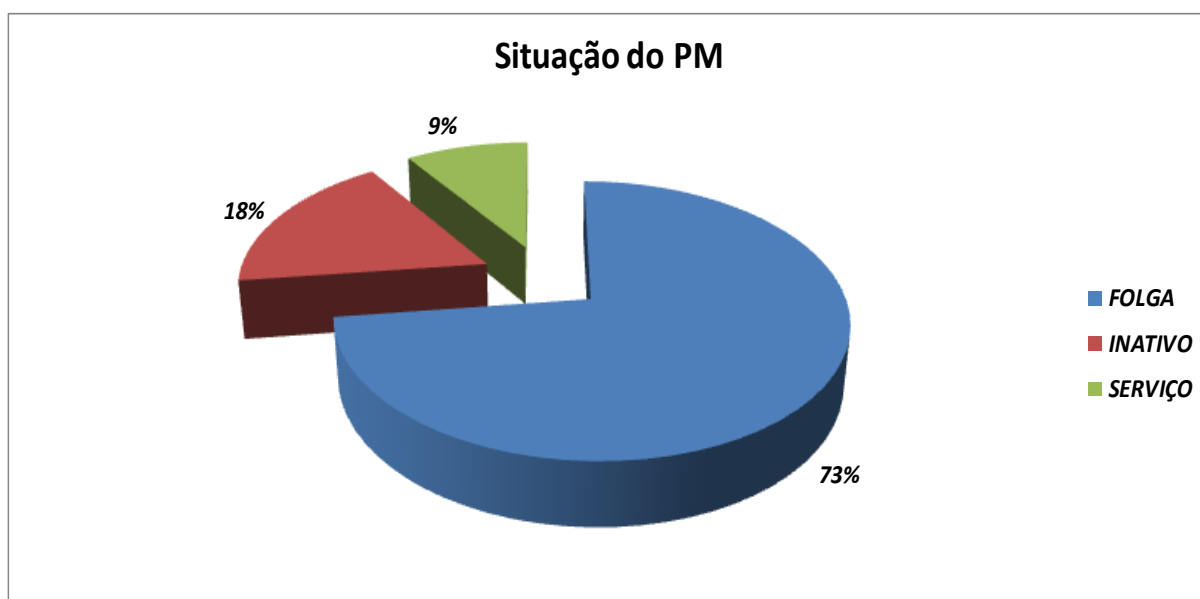
Figura: 6



Fonte: CIPM e CORREG PM

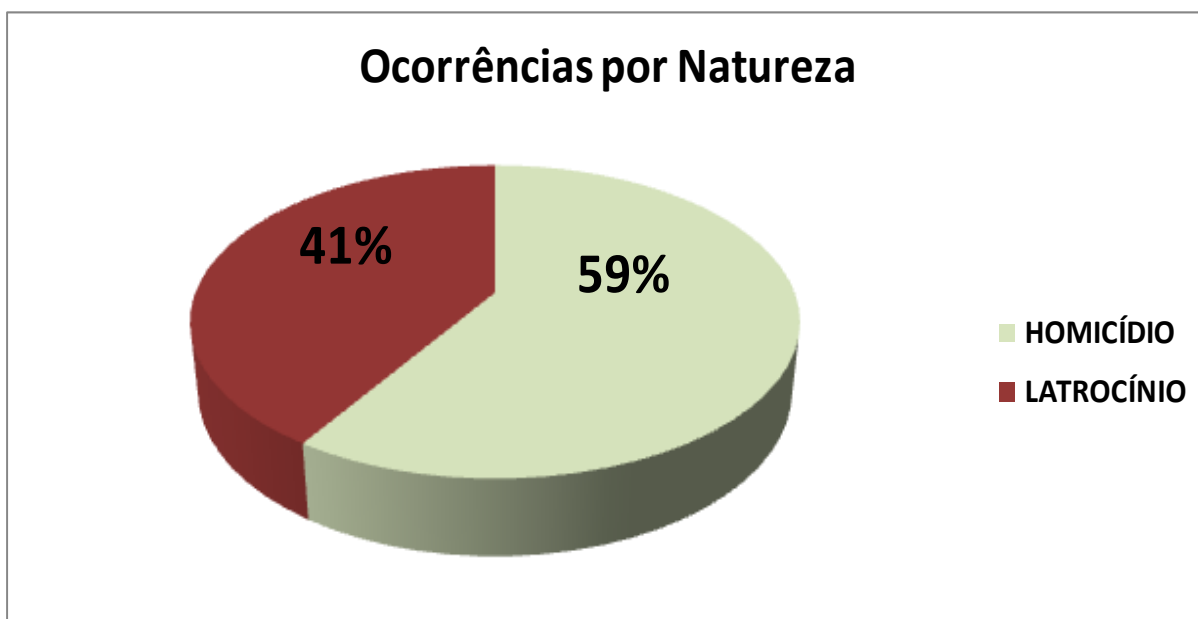
Regiões de maior incidência, CPA/M-8 (13%), CPI-6 (11%), CPA/M-9 (8%) e CPA/M-3 (7%).

Figura: 7



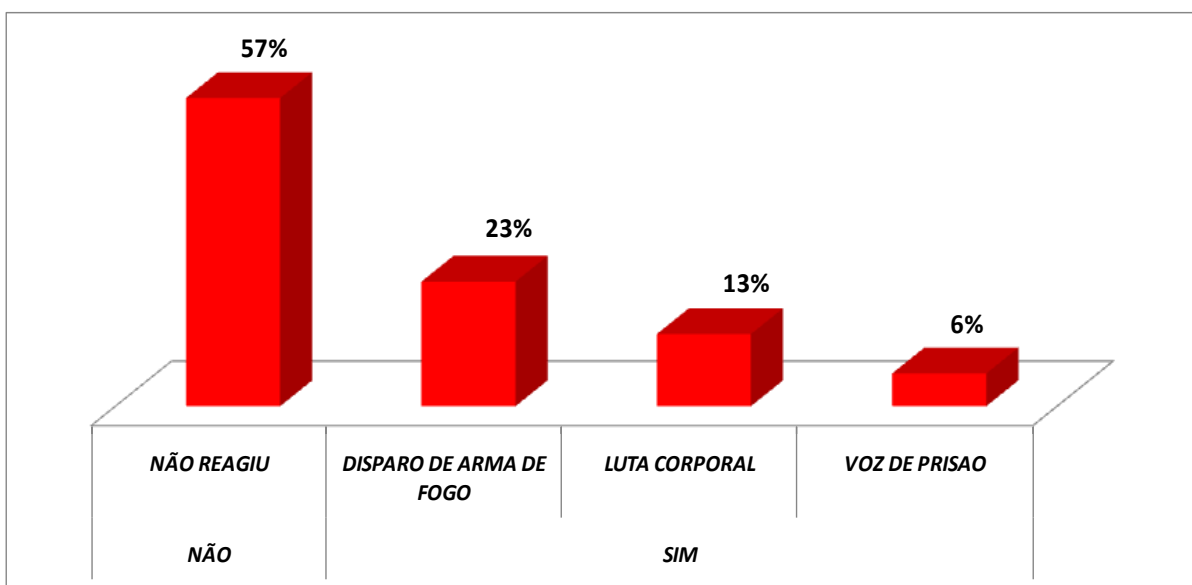
Fonte: CIPM e CORREG PM

Figura: 8



Fonte: CIPM e CORREG PM

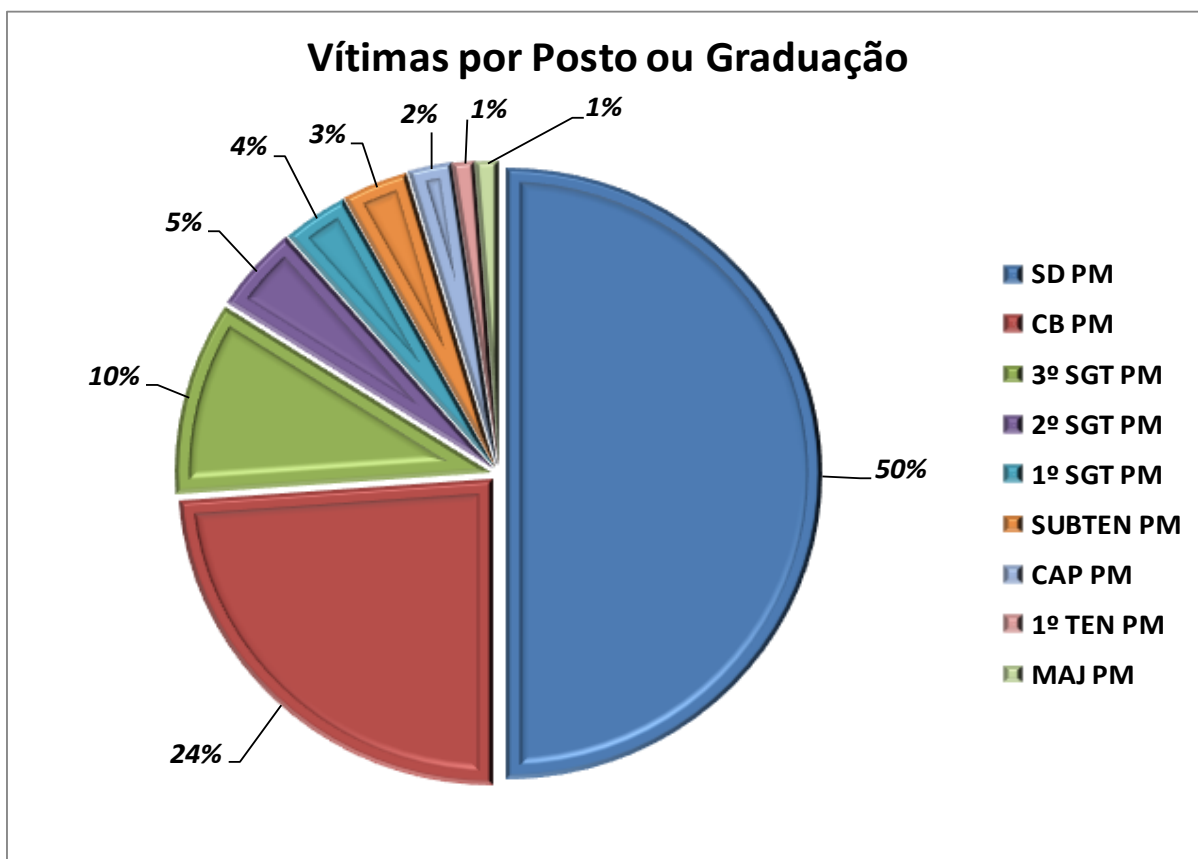
Figura: 9



Fonte: CIPM e CORREG PM

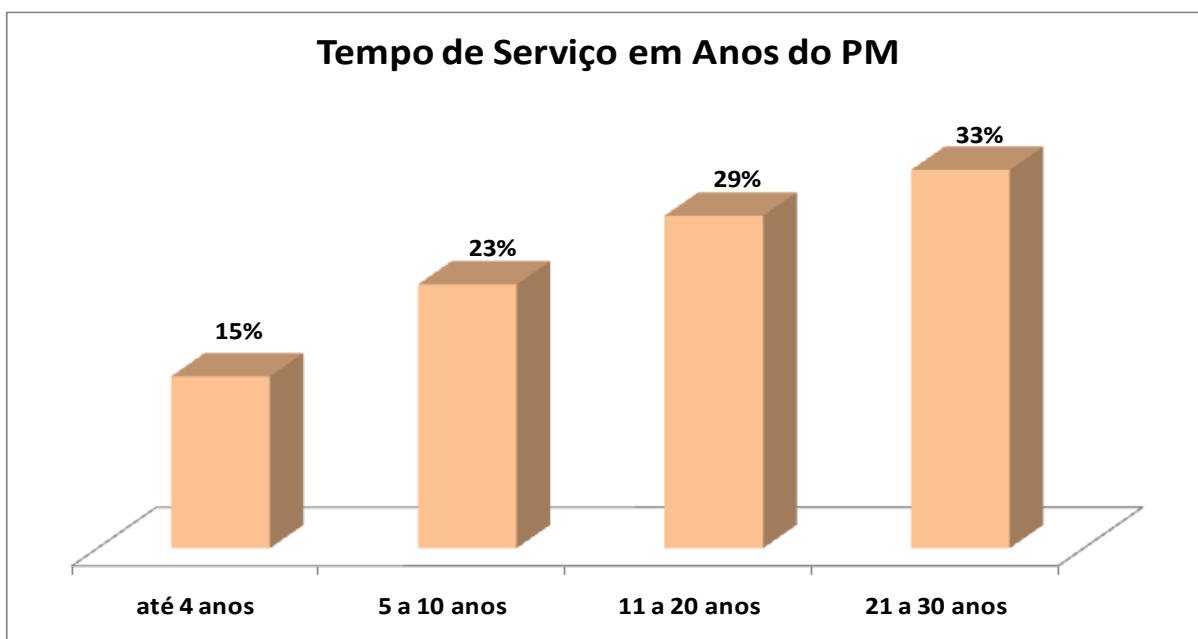
A figura acima, demonstra se houve ou não reação do PM.

Figura: 10



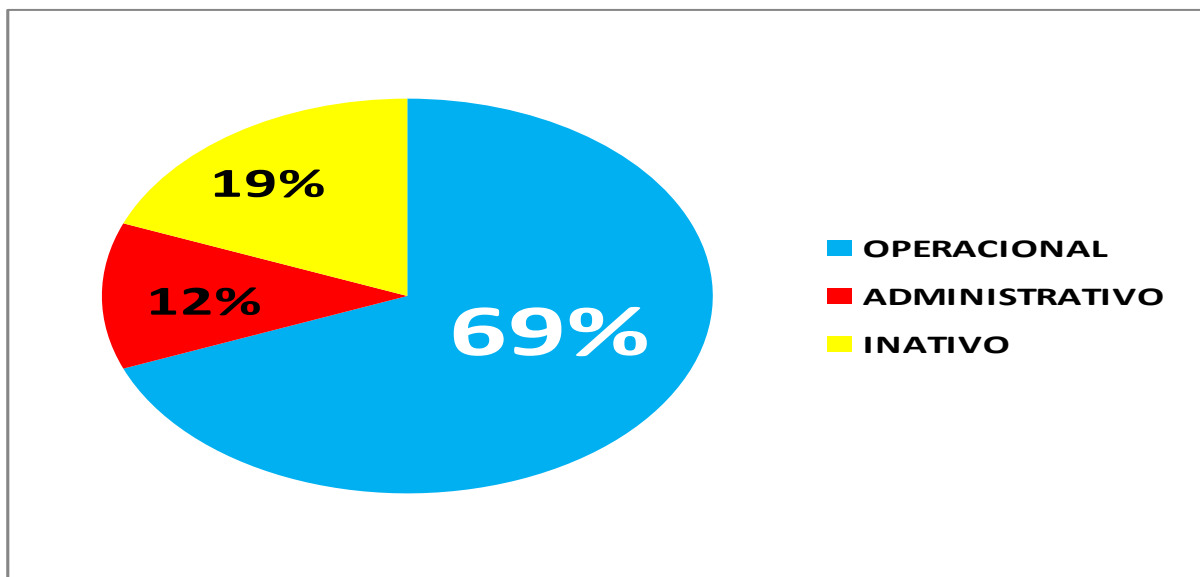
Fonte: CIPM e CORREG PM

Figura: 11



Fonte: CIPM e CORREG PM

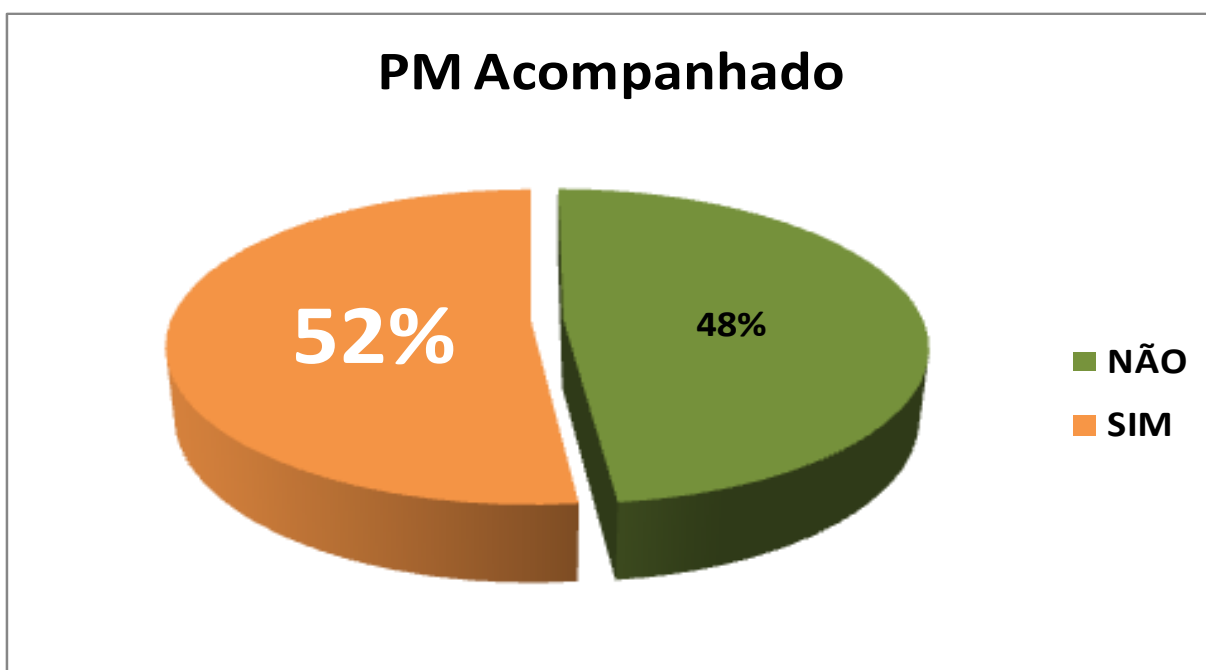
Figura: 12



Fonte: CIPM e CORREG PM

Analisando-se a figura 12, com relação aos antecedentes operacionais, 75% das vítimas, nunca se envolveram em confrontos armados com resultado morte.

Figura: 13

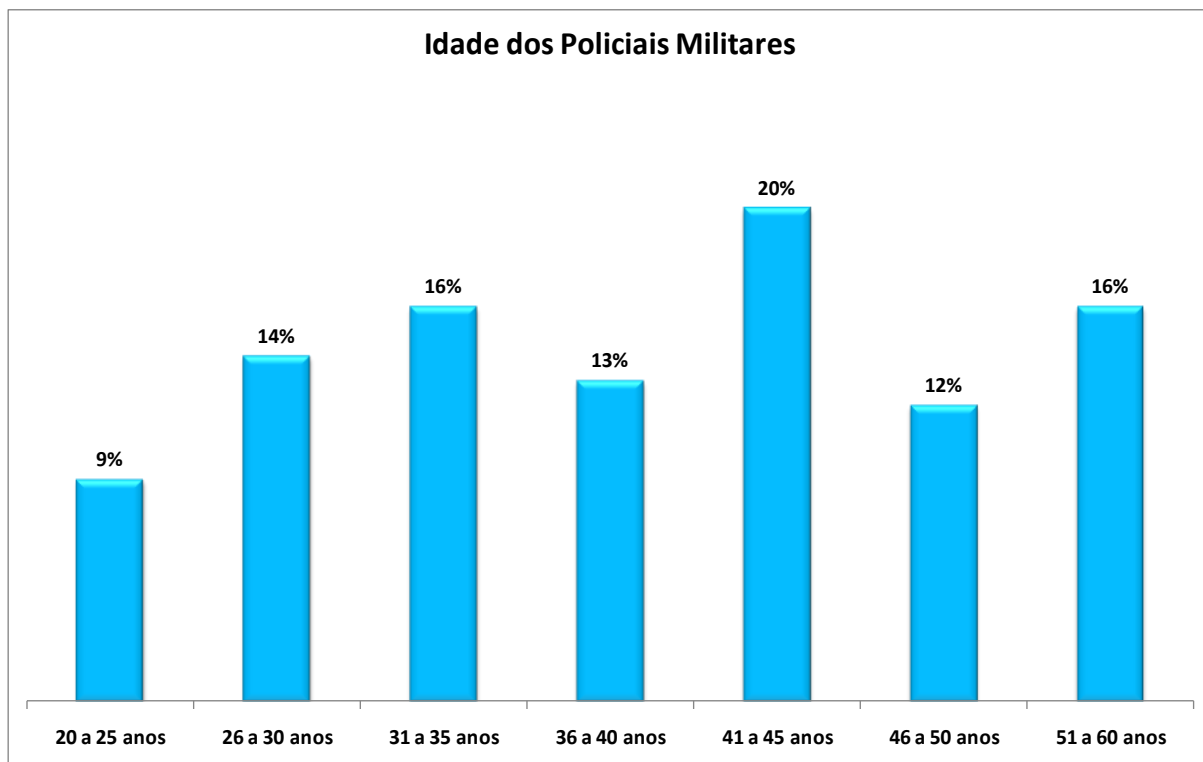


Fonte: CIPM e CORREG PM

No momento da abordagem, 52% dos policiais militares estavam acompanhados e 48% não estavam. Ainda no momento crítico, 58% (49 vítimas)

das mortes, ocorreram entre sexta-feira e domingo, 21% (18 vítimas) no horário das 20h01 às 22h59 e 16% (14 vítimas) faleceram entre 06h00 às 09h00.

Figura: 14



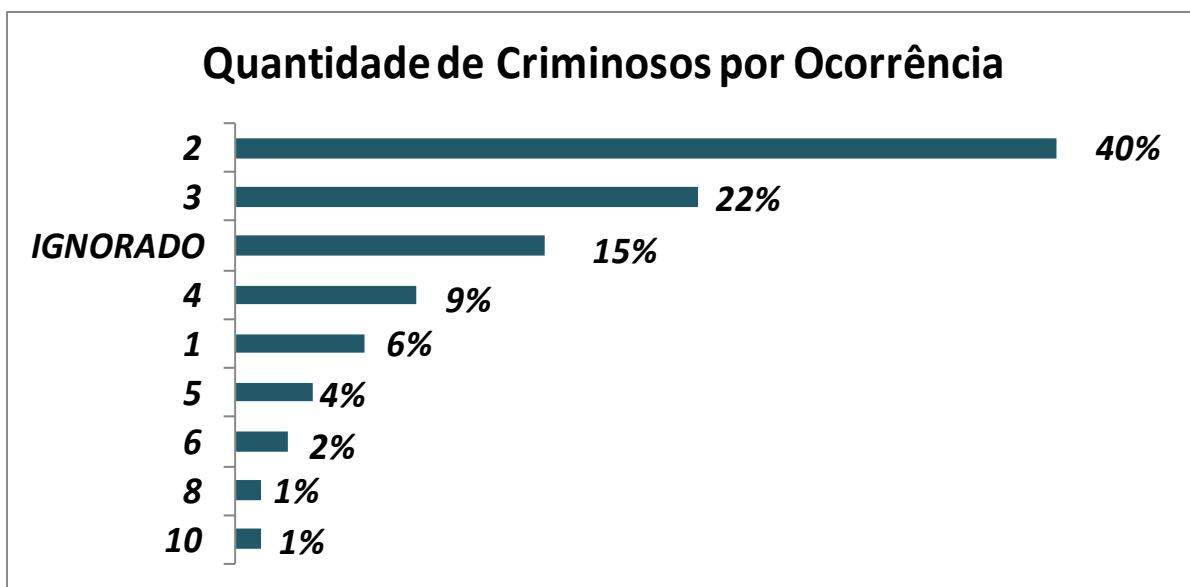
Fonte: CIPM e CORREG PM

Complementando as informações da figura acima, 99% dos policiais militares mortos eram do sexo masculino, 73% dos infratores da lei eram do sexo masculino, 26% dos infratores da lei, não foi possível constatar o sexo e 1% era do sexo feminino.

Com relação aos locais dos cometimentos dos crimes, 65% ocorreram em via pública e 15% em estabelecimentos comerciais, o restante em residências, garagens, postos de gasolina, entre outros.

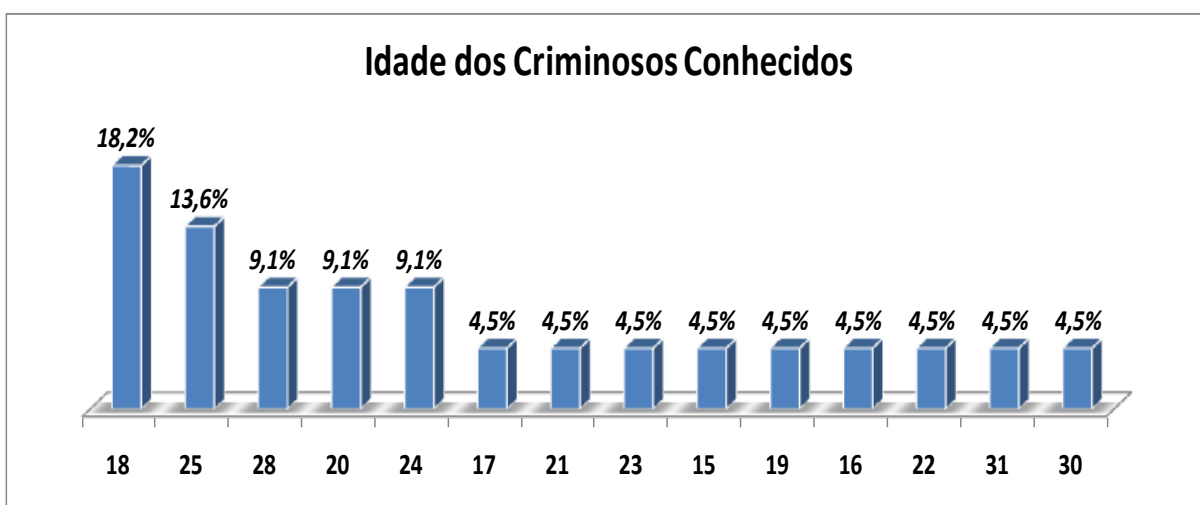
Estudado também pelo CIPM e pela Correg PM, as características, formas de atuação, entre outros dados dos infratores da lei, temos:

Figura: 15



Fonte: CIPM e CORREG PM

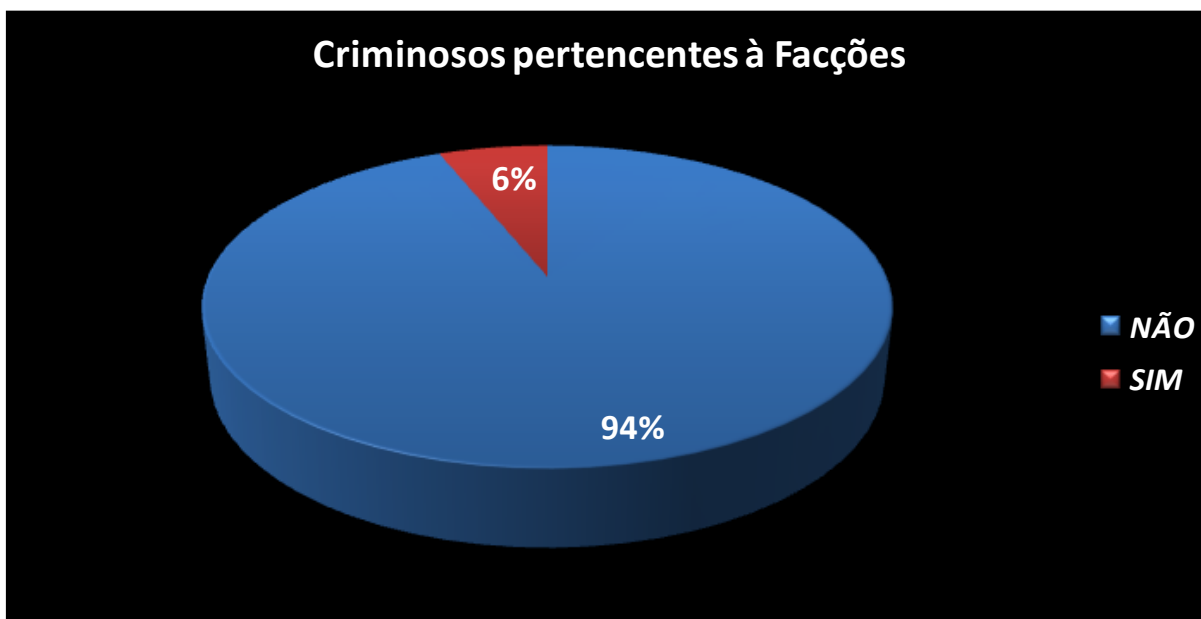
Figura: 16



Fonte: CIPM e CORREG PM

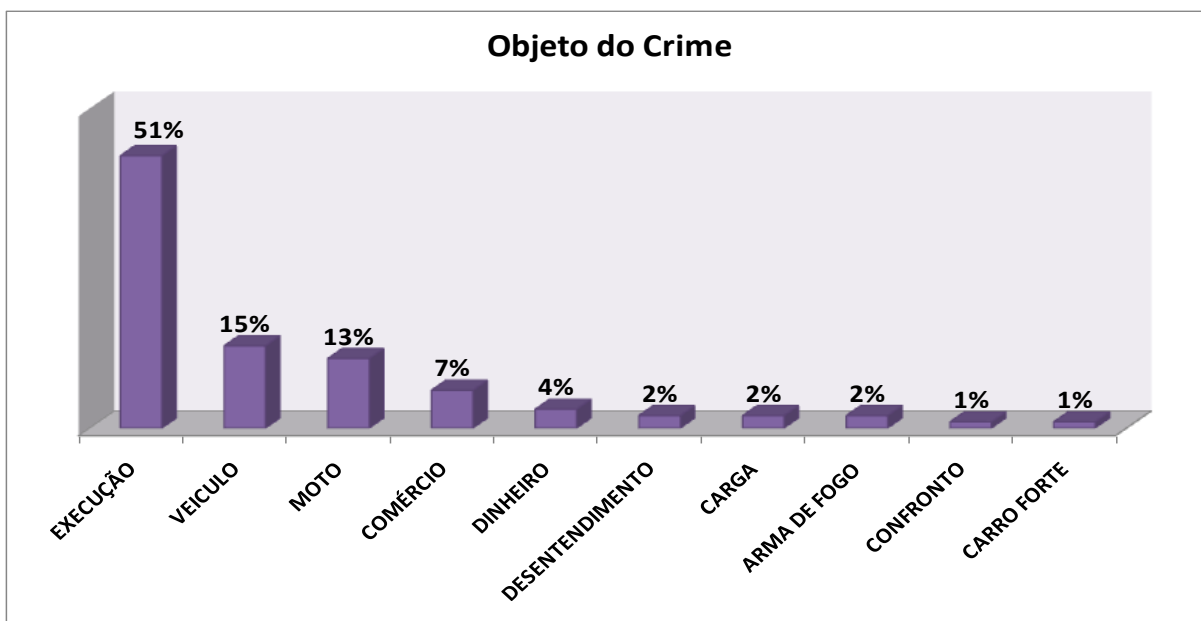
A arma utilizada em 95% dos crimes, foi pistola ou revólver.

Figura: 17



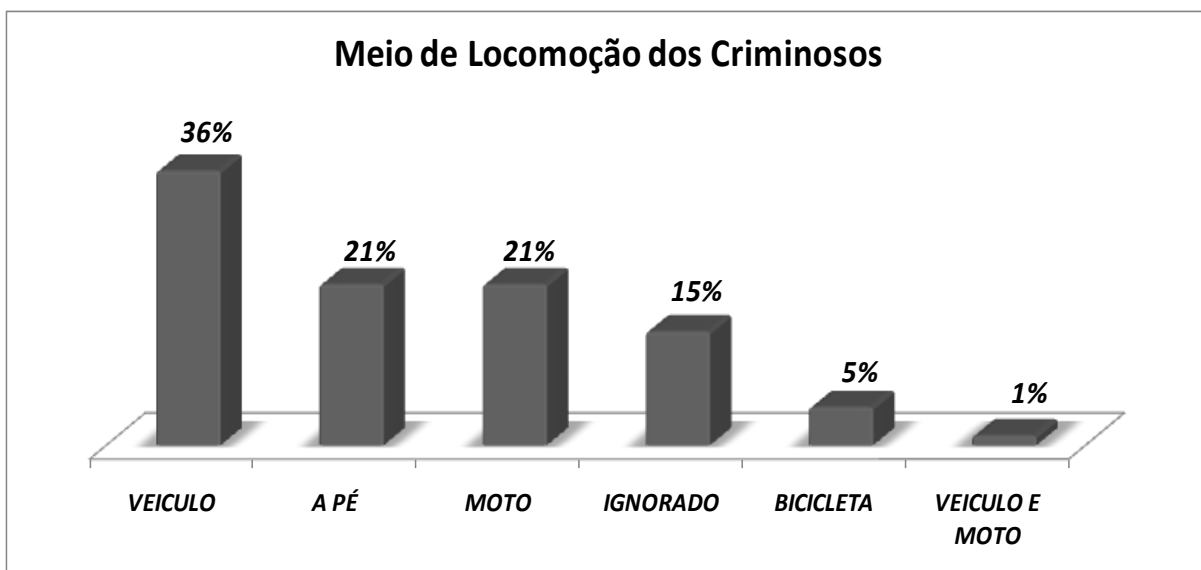
Fonte: CIPM e CORREG PM

Figura: 18



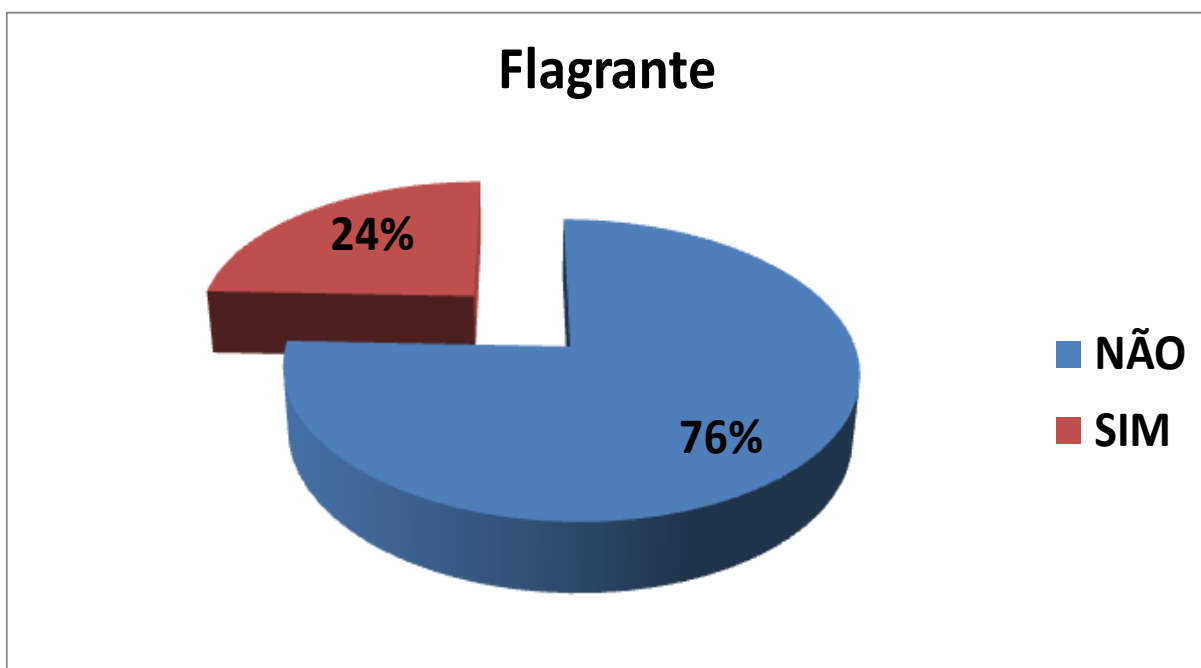
Fonte: CIPM e CORREG PM

Figura: 19



Fonte: CIPM e CORREG PM

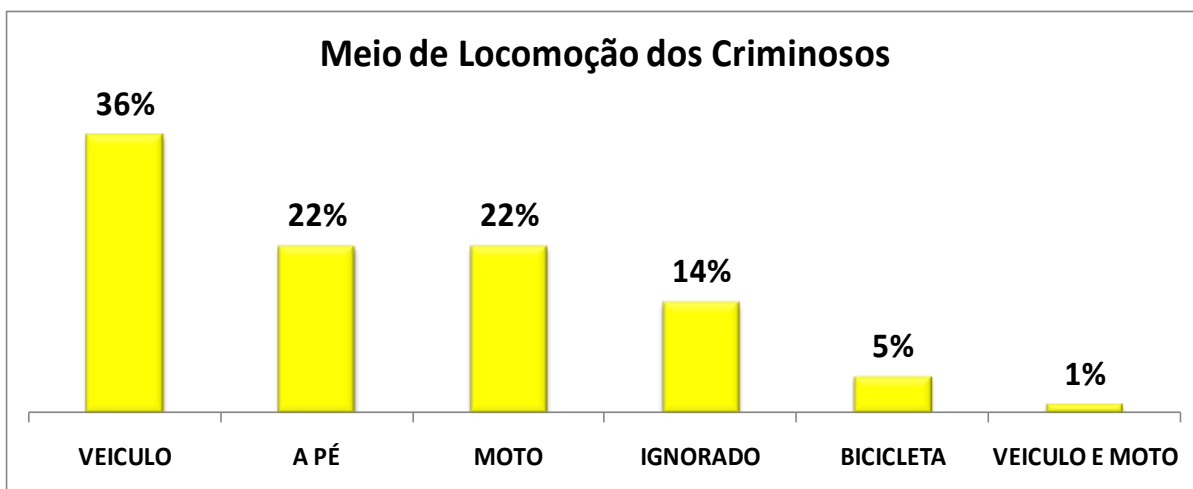
Figura: 20



Fonte: CIPM e CORREG PM

76% dos infratores da lei não foram presos após o cometimento do crime e 26% foram presos em flagrante.

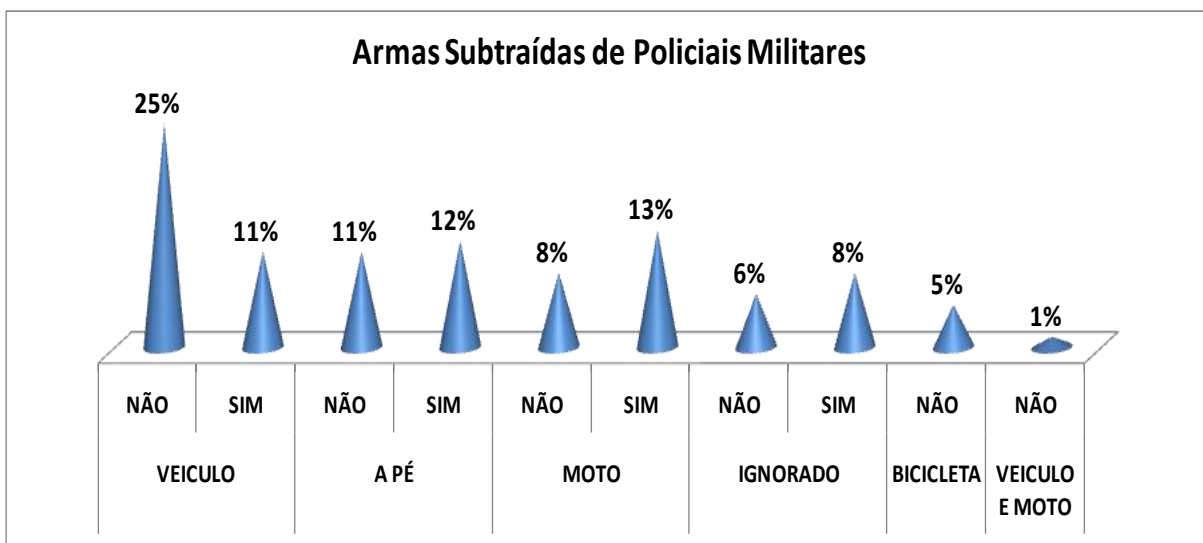
Figura: 21



Fonte: CIPM e CORREG PM

36% dos infratores da lei utilizaram um veículo quatro rodas como meio de locomoção e 22% utilizaram motocicletas.

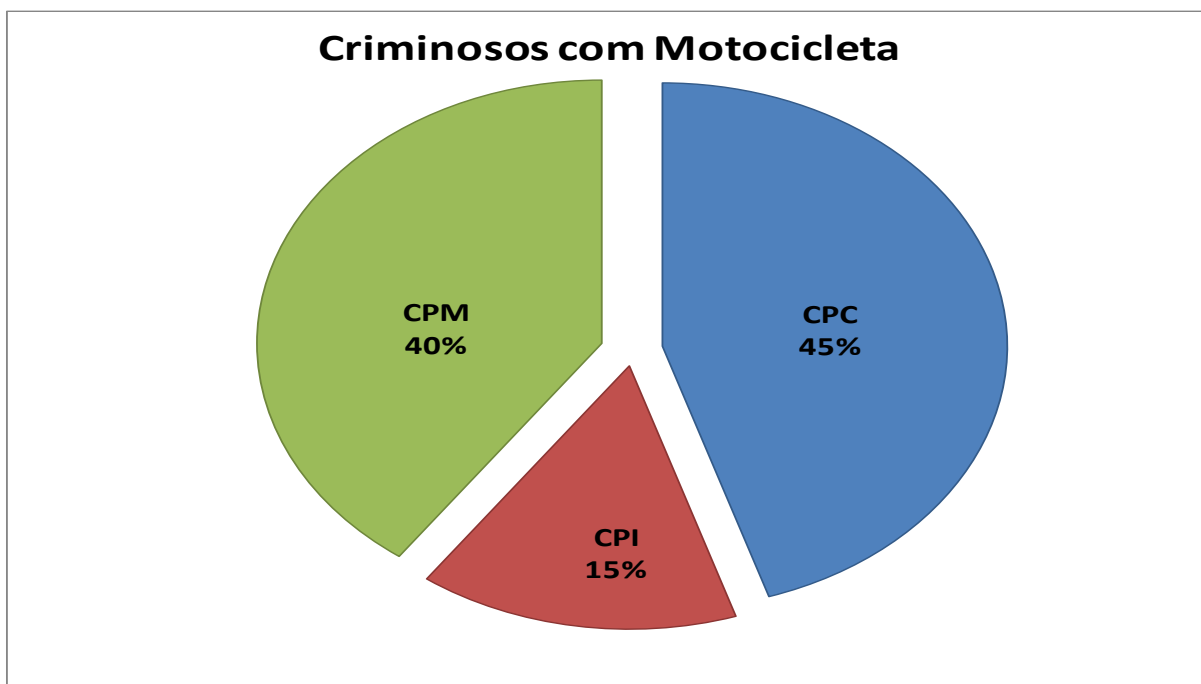
Figura: 22



Fonte: CIPM e CORREG PM

13% dos infratores da lei que utilizam-se de motocicletas para o cometimento do crime, subtraem a arma do policial militar vítima.

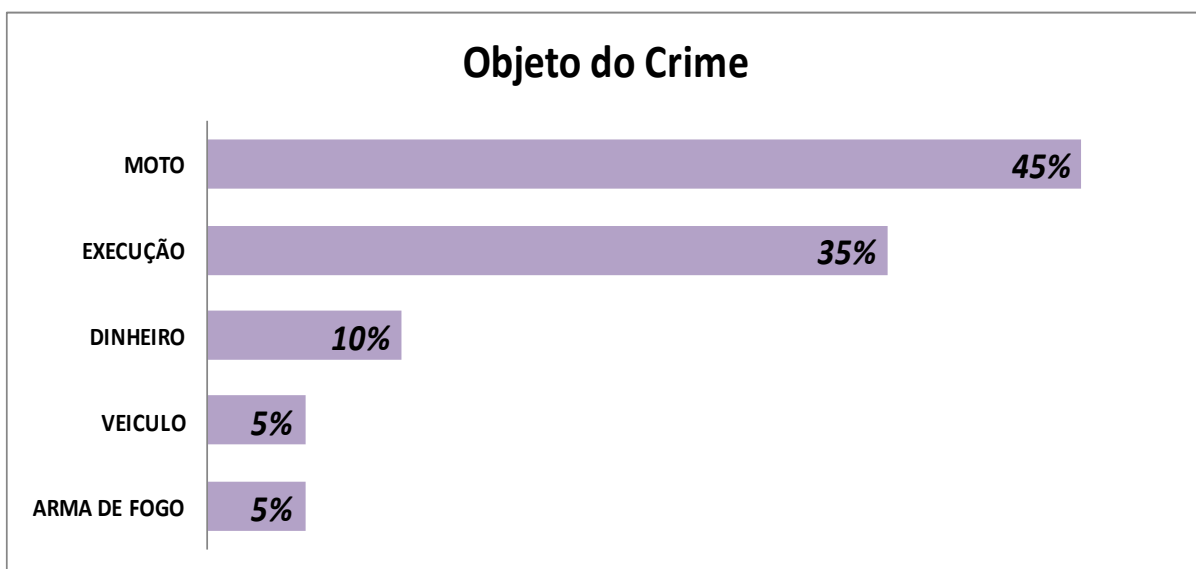
Figura: 23



Fonte: CIPM e CORREG PM

Regiões de maior incidência de infratores da lei se utilizando de motocicletas como meio de locomoção, CPA/M-4, CPA/M-8 e CPA/M-3.

Figura: 24



Fonte: CIPM e CORREG PM

45% dos infratores visavam subtrair a motocicleta conduzida pelo policial militar e 35% dos casos foram execuções.

Concluindo a análise dos dados acima mostrados, sugere-se medidas de intensificação da fiscalização de condutores de carros e de motocicletas, abordagens à transeuntes, principalmente nos dias, horários e locais indicados, e ações de Repressão Qualificada (coleta e busca de dados de criminosos “evadidos” e/ou “foragidos”, que residam nas Áreas de Interesse de Segurança Pública), são sugeridas para a minimização do indicador de vitimologia PM.

Cabe mencionar, que programas de prevenção primária (cartilhas, reuniões, orientações ao público interno, etc), são importantes na redução vitimológica desses crimes.

Dando continuidade ao estudo da fragilidade (vitimização), sofrida por nossos policiais militares na hora de folga, serão apresentados relatos verídicos, os quais mostram alguns aspectos no modo de agir no momento do confronto armado, tanto de policiais militares quanto dos infratores da lei:

- a. Relato 1 (um), o 3º (terceiro) Sargento PM Ricardo Natal Trigo, do ;Comando de Policiamento de Área Metropolitano 7 (sete) , no ano de 2018, por volta das 23h (vinte e três horas), encontrava-se pela rua Deputado Ulisses Guimarães, São Paulo, guardando as compras na parte traseira de seu veículo, e em dado momento, um infrator chegou pelo seu lado esquerdo anunciando o roubo de seu veículo com arma em punho, aproveitando-se de um breve descuido do infrator, o graduado, o qual portava sua pistola Glock, calibre .380 (ponto trezentos e oitenta) no lado direito de seu corpo à cinta, em um coldre de couro, imediatamente a sacou e efetuou 8 (oito) disparos em direção ao infrator, não sabendo precisar se os disparos o acertaram, pois conseguiu fugir, relatando ainda que não foi ferido, chamou a viatura da PMESP no local pelo telefone 190 (cento e noventa), e acredita ter obtido êxito na reação armada, devido ao fato de sua arma de fogo estar acondicionada em um coldre, que facilitou o saque e estar do lado contrário da abordagem do infrator, dificultando a visualização da pistola em sua cintura pelo infrator;
- b. Relato 2 (dois), o 3º (terceiro) Sargento PM Marcelo Pereira de Melo, do 2º (segundo) Batalhão de Policiamento de Choque, “Anchieta”, no ano de 2008 (dois mil e oito), por volta das 7h (sete horas) da manhã, trafegava a pé pela avenida João Dias, e em dado momento, visualizou metros à frente um infrator trocar tiros com outro indivíduo armado (posteriormente

também identificado como policial militar), vindo o infrator correndo em sua direção de arma em punho, o graduado portava sua pistola Taurus calibre .380 (ponto trezentos e oitenta) em um coldre de couro de perna, localizado em sua perna esquerda, rapidamente conseguiu sacá-la, enquadrar o infrator e dar-lhe voz de prisão, mesmo assim, o infrator efetuou 2 (dois) disparos em sua direção com um revólver calibre .38 (ponto trinta e oito) atingindo o Sargento Melo com um disparo na perna direita e outro disparo no toráx, que revidou a injusta agressão com um disparo mortal no pescoço do infrator. Conforme o graduado em tela, a ocorrência foi assistida de praxe pela PMESP, e acredita que deveria ter buscado abrigo em um poste na referida avenida para se proteger, antes de realizar a tentativa de abordagem ao infrator armado, informou ainda que na ocasião, não houve tempo para ligar para as viaturas do radiopatrulhamento 190 (cento e noventa) e que fatídico confronto armado quase ceifou a sua vida naquela data;

- c. Relato 3 (três), o Cabo PM Ivair Xanxo da Silva, do 3º (terceiro) Batalhão de Policiamento de Choque, “Humaitá”, no ano de 2007 (dois mil e sete), por volta das 18h (dezoito horas), estacionou o seu veículo em sua residência, pela rua Furtado de Moraes, Guaianazes, São Paulo, com a frente voltada para sua garagem, quando visualizou pelo retrovisor interno de seu veículo, um infrator caminhar de arma em punho em sua direção pelo seu lado esquerdo, e ao se aproximar, anunciou o roubo de seu veículo, perguntando também ao Cabo se ele estava armado, de forma calma, o policial militar entregou a chave ao infrator, que inesperadamente disparou em seu rosto com um revólver calibre .38 (ponto trinta e oito), que mesmo alvejado no rosto, o Cabo Ivair conseguiu correr para a parte traseira do veículo, sacar a sua pistola Taurus calibre .380 (ponto trezentos e oitenta), a qual portava em um coldre de couro, do lado direito de sua cintura, e efetuar 5 (cinco) disparos em direção do infrator, não sabendo precisar se o alvejou, pois conseguiu empreender fuga a pé. A ocorrência foi assistida pela PMESP como de praxe, e o Cabo Ivair acredita que se tivesse se antecipado em sacar sua arma de fogo de forma rápida ao visualizar o infrator pelo retrovisor do seu veículo, teria a vantagem da surpresa no confronto

armado, pois estava abrigado no interior de seu veículo, assim não possibilitando uma reação por parte do infrator, informando ainda que desconhece o motivo do infrator disparar tão logo lhe entregou a chave de seu veículo;

- d. Relato 4 (quatro), o Soldado PM Alexandre Filipe Vila Nova Dias, do 1º Batalhão de Policiamento de Choque, "Tobias de Aguiar", no ano de 2012 (dois mil e doze), por volta das 16h (dezesesseis horas), trafegava a pé pela rua Santo Expedito, Guaianazes, São Paulo, e em dado momento, metros a sua frente, visualizou dois infratores da lei, em uma motocicleta, o garupa de arma em punho, tentando efetuar roubo a um motociclista, rapidamente o Sd Filipe se abrigou em um poste na referida rua, verbalizou com os infratores, dando-lhes voz de prisão, diante disso, o infrator armado com um revólver calibre .38 (ponto trinta e oito) efetuou 2 (dois) disparos em sua direção sem êxito de acerto, o Sd Filipe portava uma pistola Taurus 24/7 (vinte e quatro barra sete) calibre .40 (ponto quarenta), pertencente ao acervo da PMESP, estando em sua cintura, na parte frontal direita, em um coldre de couro, que foi disparada 5 (cinco) vezes em direção do infrator, que foi atingido com 2 (dois) disparos no toráx, 1 (um) disparo na perna esquerda e 1 (um) disparo na perna direita. A ocorrência foi assistida pela PMESP de forma completa, o Sd Filipe não se feriu, o infrator armado entrou em óbito posteriormente e o infrator que pilotava a moto fugiu;
- e. Relato 5 (cinco), o 3º (terceiro) Sargento PM Maurício Lampanche da Silva, do 3º (terceiro) Batalhão de Policiamento de Choque, "Humaitá", no ano de 2018 (dois mil e dezoito), por volta das 19h (dezenove horas), trafegava a pé pela avenida Jacu Pêssego, Itaquera, São Paulo, e em dado momento, visualizou metros à frente dois infratores em uma motocicleta efetuando roubo a pedestres em um ponto de ônibus, ao se aproximar do fato, o Sgt Lampanche se abrigou em um poste, deu voz de prisão aos infratores, de imediato, o garupa armado de revólver (não sabendo precisar qual calibre era), disparou uma vez em sua direção sem êxito no acerto, sendo respondida a injusta agressão pelo graduado em tela, com 2 (dois) disparos em direção do infrator armado, que conseguiu posteriormente fugir. O graduado portava sua pistola Taurus

calibre .380 (ponto trezentos e oitenta) em sua cintura, do lado direito lateralmente sem coldre, informando ainda que conseguiu sacar a arma rapidamente, pois os infratores estavam de costas para ele, facilitado assim o saque rápido e que ele não fora ferido bem como os pedestres do ponto de ônibus, sendo acionadas viaturas do radiopatrulhamento 190 (cento e noventa) para possível detenção dos infratores;

- f. Relato 6 (seis), o Major PM Alexandre Gallo Rodrigues, do Centro de Aviação da Polícia Militar (CAvPM), no ano de 2017 (dois mil e dezessete), por volta das 08h50 (oito horas e cinquenta minutos), trafegava de bicicleta pela avenida Doutor Roberto de Almeida Vinhas, Praia Grande, São Paulo, em direção à Base de Aviação PM de Praia Grande para o seu início de serviço regular, e em dado momento, foi abordado por um infrator também de bicicleta, o qual estava na contramão de direção, que anunciou o roubo à bicicleta do Oficial, o Major conseguiu se afastar cerca de aproximadamente 4 (quatro) metros, sacando sua pistola Taurus .40 (ponto quarenta), modelo 640 (seiscentos e quarenta) PRO, a qual portava em sua cintura sem coldre, por meio da sua bermuda de ciclista, tendo êxito em dispará-la três vezes em direção do infrator armado, atingindo-o na região do torác mortalmente. O Major Gallo relatou que devido a um treinamento realizado por ele anteriormente em sua residência, simulando as condições acima descritas do fato, de bicicleta, portando sua arma de fogo sem coldre e vestindo uma bermuda de ciclista, foram fatores primordiais para o desfecho favorável de seu combate armado, cabendo frisar também que parte desse treinamento foi realizado no CAES, em seu Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, pelo Major Nishi, professor do referido curso na matéria Tiro Defensivo na Preservação da Vida “Método Giraldi®”.

Ao se analisar os 6 (seis) relatos acima descritos, verificam-se alguns resultados positivos e outros negativos ao final das ocorrências, tais aspectos técnicos de procedimentos e tiro policial propriamente ditos, merecem uma verificação de caráter analítica, para se buscar elencar os fatores e as causas a serem temas de instrução futura, tais relatos foram autorizados pelos policiais militares ora citados neste trabalho dissertativo.

No relato 1 (um), o Sargento Trigo teve como ponto positivo em sua ação, o efeito surpresa a seu favor, uma vez que o infrator não o revistou, não sabendo que ele era um policial militar e estava armado, este portava a sua arma de fogo em um coldre, o qual facilitou assim o saque e disparos no infrator, sendo tal treinamento de saque e disparo treinado pelo graduado em estande de tiro particular, algumas vezes no ano, pois acredita ser necessária essa conduta por já estar na reserva da nossa PMESP há 2 (dois) anos e andar constantemente armado. O ponto negativo dessa ocorrência, tem como aspecto principal, o procedimento de segurança pessoal ao se andar armado e em trajes civis, pois conforme o Sargento Trigo, por motivo de pressa, não adentrou a garagem de sua residência para estacionar o seu veículo em segurança e descarregar a compra que havia feito, ficando assim exposto em via pública, de costas, sem visão periférica à chegada do infrator.

No relato 2 (dois), o ponto positivo da ocorrência, foi o fato do Sargento Melo ter sobrevivido aos dois disparos por ele sofridos, ter conseguido sacar a sua arma que estava em sua perna esquerda de forma rápida e baleiar o infrator mortalmente, pois tal conduta de saque, já havia sido treinada por ele em situações de folga, pois o Sargento está na reserva há dois anos e exerce atividade de segurança privada. O ponto negativo da ocorrência, foi a sua precipitação ao tentar abordar o infrator, o qual estava a alguns metros dele, trocando tiros com outro policial militar e não o viu à frente, tinha tempo hábil para se abrigar e não o fez (porque não tinha treinado tal conduta) e assim quase perdeu a vida por não observar esse fundamento primordial em um combate armado.

No relato 3 (três), como ponto positivo foi a força de vida que o Cabo Ivair teve ao se abrigar atrás de seu veículo, logo após ser baleado no rosto de forma covarde e sem motivos, lembrou-se de treinamentos de pista policial de instrução passadas antes de se retirar do serviço ativo, e devido a isso, acredita ter sobrevivido, pois conseguiu revidar e disparar em direção do infrator, repelindo-o. O ponto negativo, concordado pelo próprio Cabo Ivair, foi ter demorado a sacar a sua arma e enquadrar o infrator, tinha o efeito surpresa a seu favor, pois conseguiu antecipadamente pelo espelho retrovisor de seu veículo, visualizar o infrator primeiro, não o fez, permitindo a aproximação demasiada deste infrator e conseqüente disparo em seu rosto.

No relato 4 (quatro), não foi apenas um ponto positivo, mas vários, pois o Soldado Filipe usou o fator surpresa contra o infrator e a seu favor, abrigou-se em

um poste, fez o enquadramento correto e com calma do alvo, verbalizou para deter o infrator que preferiu não se render, e por fim, fez os disparos com qualidade, neutralizando esse infrator e não atingindo nenhum inocente pelo local dos fatos. Conforme o Sd Filipe, o único ponto negativo, se é que pode ser chamado dessa maneira, foi a sua retaguarda que ficou desprotegida, mesmo ele confessando que olhou uma ou duas vezes para trás, concorda que a sua atenção ficou quase que completamente voltada para a sua frente, no local dos fatos, o que é natural, pois lá que se apresentou o perigo iminente, complementa que não se feriu na ação.

No relato 5 (cinco), este assemelha-se com o relato 4 (quatro), pois o Sargento Lampanche procedeu de forma correta na tentativa de abordagem com abrigo e proteção, assim como o Sd Filipe, ressaltando-se o aspecto positivo da ocorrência. Comentando-se o aspecto negativo, também se assemelham pois em ambas, os policiais militares tiveram pouca ou nenhuma proteção à retaguarda e não tiveram tempo para ligar para as viaturas do radiopatrimento 190 no momento dos fatos, só posteriormente, e por fim, agiram em inferioridade numérica.

No relato 6 (seis), ficou evidenciada a eficácia do treinamento repetitivo com enfoque no saque de arma de fogo estando o policial militar civilmente trajado, pois como foi relatado pelo Major Gallo, ele treinou anteriormente uma condição de saque vestindo uma bermuda de ciclista, por se locomover ao seu trabalho de bicicleta, e com isso obteve grande êxito na neutralização do infrator que intentou contra ele a fim de roubá-lo, acabando esse infrator ferido mortalmente. Nessa ocorrência, nota-se o maior risco de vida que o policial militar pode vivenciar, pois foi rendido primeiramente pelo infrator, não tendo o efeito surpresa a seu favor, podendo ser alvejado a qualquer momento por estar com a arma do infrator apontada para si, e por um descuido desse, aproveitando-se de uma janela de oportunidade, saca sua arma de fogo rapidamente, mudando a sua posição corporal para dificultar a visualização e enquadramento de alvo por parte desse infrator, e o atinge primeiro mortalmente. Conforme o Oficial Superior, o local tratava-se de orla da praia, não havendo abrigo imediato, sendo acionada a viatura do radiopatrulhamento 190 logo após o fato, não sendo feridas pessoas alheias à ocorrência bem como o Major Gallo.

2. Questionário enviado aos professores de Tiro Defensivo na Preservação da Vida “Método Giraldi®”

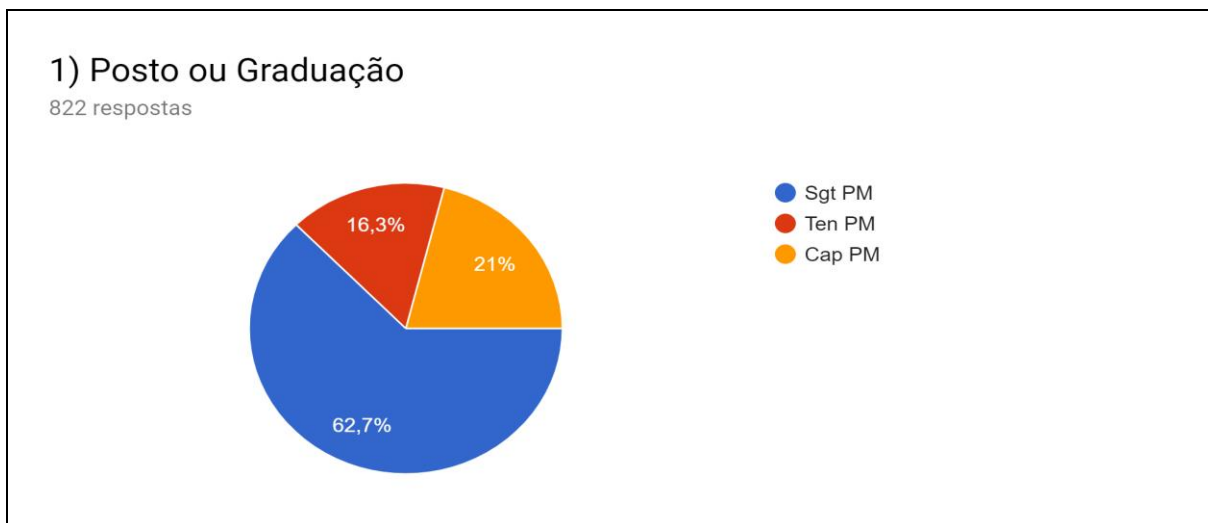
A pesquisa quantitativa foi desenvolvida tendo como universo de interesse os professores de tiro policial que concluíram o Curso de Especialização em Tiro Defensivo na Preservação da Vida “Método Giraldi”, cujos nomes constam da relação disponibilizada no sítio eletrônico da Escola de Educação Física da PMESP.

O questionário enviado aos professores de T.D.P.V “Método Giraldi®” por *email*, serviu de subsídio para balisar a presente pesquisa a fim de se verificar a importância e relevância do assunto ora pesquisado, verificando-se também onde seria possível realizar uma instrução diferenciada e atual, visando treinar o policial militar em condições em que esteja em trajes civis (de folga ou em serviço), estudando-se a possibilidade de realização nos cursos de especialização, cursos de formação, cursos de aperfeiçoamento ou nos estágios de atualização profissional (EAP), como já foi visto no capítulo 1 (um) (páginas 27, 28 e 29 desta dissertação). As perguntas foram enviadas aos 1167 (mil cento e sessenta e sete) professores de T.D.P.V ativos, sendo o questionário respondido por 822 (oitocentos e vinte e dois) professores, ou seja, 70,43% (setenta vírgula quarenta e três por cento), número bastante significativo e expressivo para se fomentar uma possível mudança na instrução de tiro realizada hoje. A seguir, os dados obtidos serão apresentados graficamente, seguindo a ordem cronológica das respostas, estando o questionário no Apêndice A.

2.1 Questão 1 (um)

A questão 1 buscou abranger no universo da amostragem, todos os níveis possíveis dos professores de T.D.P.V. “Método Giraldi®” ativos e formados até o presente momento, do 3º Sargento PM, 2º Sargento PM, 1º Sargento PM, Subtenente PM, 2º Tenente PM, 1º Tenente PM e Capitão PM.

Gráfico 7 – Questão 1



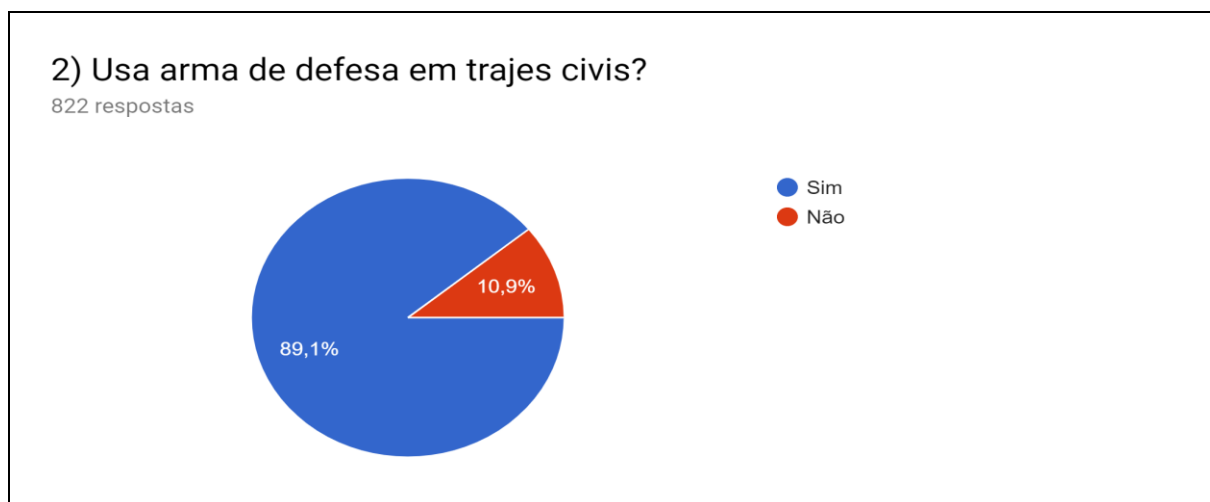
Fonte: Elaborado pelo autor.

Responderam ao questionário 822 (oitocentos e vinte e dois) professores de T.D.P.V. “Método Giraldi®” que se interessaram pelo tema proposto contra 345 (trezentos e quarenta e cinco) que não responderam e não se interessaram. Responderam 515 (quinhentos e quinze) 3ºSgt PM, 2ºSgt PM, 1ºSgt PM e/ou Subten PM (62,7%), 173 (cento e setenta e três) Cap PM (21%) e 134 (cento e trinta e quatro) 2º Ten PM e/ou 1º Ten PM.

2.2 Questão 2 (dois)

A Questão 2 se buscou verificar se os professores de tiro estão sensibilizados com o tema, verificando-se quais se utilizam de arma de fogo de porte em trajés civis, para futuramente ministrarem instruções com o assunto proposto.

Gráfico 8 – Questão 2



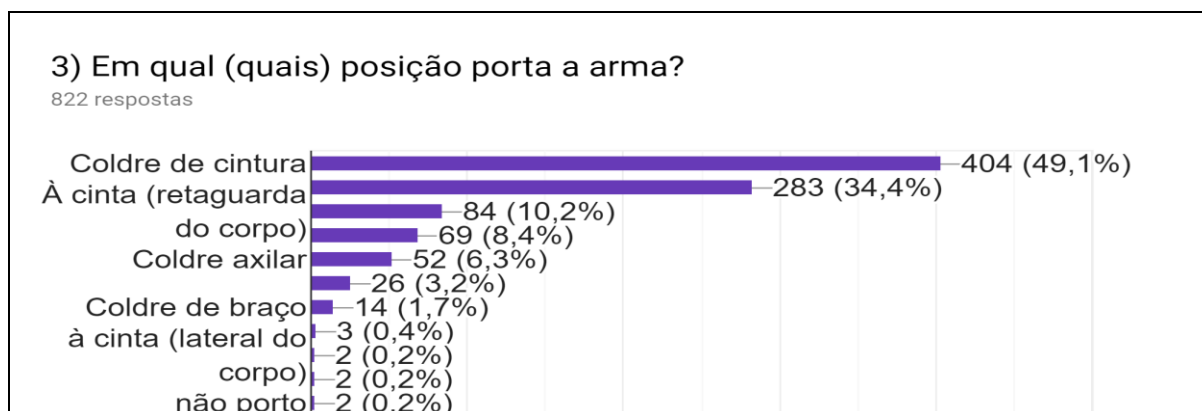
Fonte: Elaborado pelo autor.

A grande maioria dos professores que responderam a essa pergunta, portam arma de fogo em trajes civis estando de folga ou não, sendo 732 (setecentos e trinta e dois) armados (89,1%) e a minoria 90 (noventa) não porta arma de fogo em trajes civis (10,9%) estando de folga ou não.

2.3 Questão 3 (três)

A questão 3 buscou especificar em qual parte do corpo a arma de fogo é portada pelos 732 policiais militares (maioria), se essa arma é acondicionada em coldre e em qual tipo de coldre utilizado.

Gráfico 9 – Questão 3



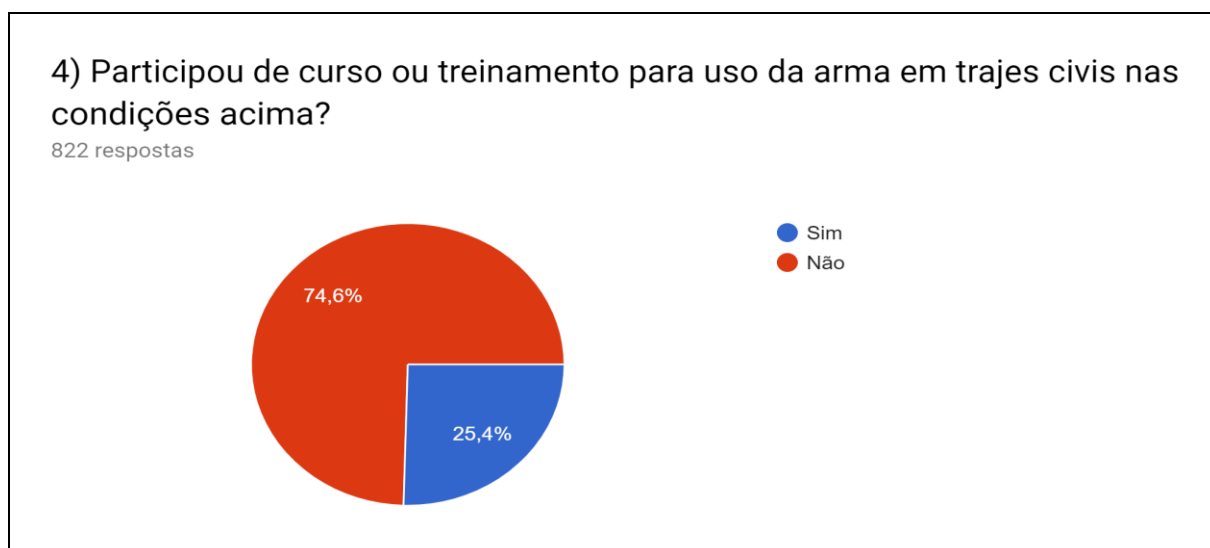
Fonte: Elaborado pelo autor.

Foi verificado que 404 (quatrocentos e quatro) policiais militares utilizam coldre de cintura (49,1%), 283 (duzentos e oitenta e três) portam a arma à cinta em coldre na posição frontal do corpo (34,4%), 84 (oitenta e quatro) portam a arma à cinta em coldre na retaguarda do corpo (10,2%), 69 (sessenta e nove) utilizam coldre de perna (8,4%), 52 (cinquenta e dois) utilizam coldre axilar (6,3%), 26 (vinte e seis) utilizam a arma na bolsa (3,2%), 14 (catorze) utilizam coldre de braço (1,7%), 5 (cinco) portam a arma à cinta na lateral do corpo em coldre (lado esquerdo ou direito) (0,6%). Cabendo-se salientar que as posições de arma de fogo aqui mostradas, conforme os entrevistados, não são fixas, ou seja, em alguns momentos o policial militar porta a arma de fogo à cinta lateralmente em coldre e em outras oportunidades a porta em um coldre de perna, por exemplo.

2.4 Questão 4 (quatro)

A questão 4 verificou no universo da amostragem pesquisada, o montante dos policiais militares que já tiveram algum tipo de instrução de tiro policial em trajés civis de folga ou de serviço, e os que nunca tiveram.

Gráfico 10 – Questão 4



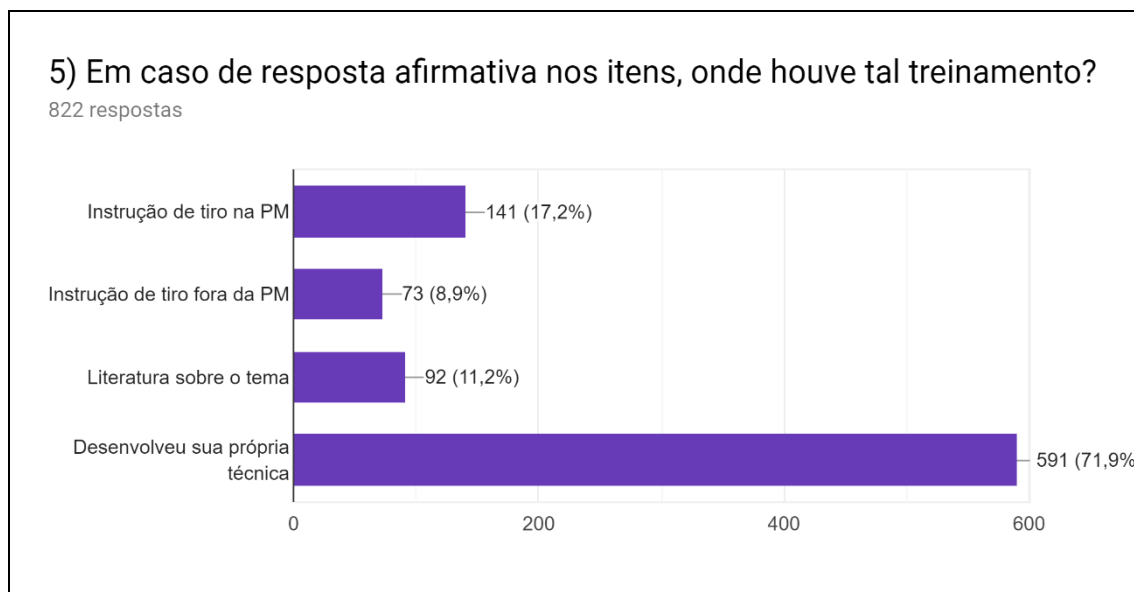
Fonte: Elaborado pelo autor.

Foi verificado que 613 (seiscentos e treze) nunca tiveram nenhum tipo de instrução de tiro de acordo com o tema proposto (74,6%) e 209 (duzentos e nove) já tiveram algum tipo de instrução de tiro a respeito do tema (25,4%).

2.5 Questão 5 (cinco)

A questão 5 pormenorizou a resposta dada pelos professores na questão anterior (questão 4), elencando-se onde foi realizado o treinamento de tiro nas condições de folga ou de serviço em trajes civis.

Gráfico 11 – Questão 5



Fonte: Elaborado pelo autor.

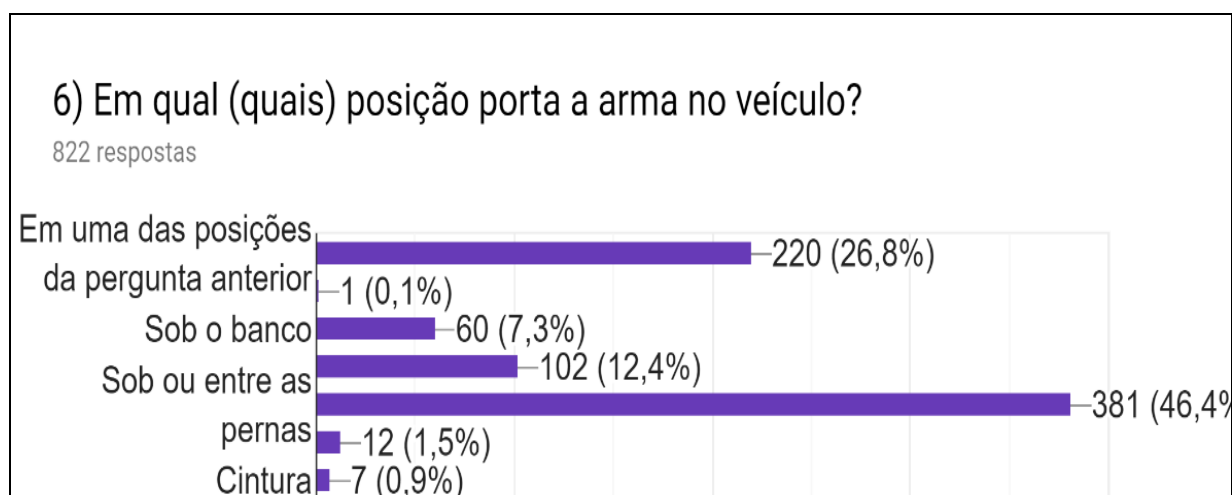
Observou-se então que 141 (cento e quarenta e um) professores tiveram algum tipo de instrução de tiro em trajes civis, simulando situações de folga ou de serviço, pois no momento dessa instrução, o professor que a conduzia, mostrou algum interesse não padronizado pelo “Método Giraldi®”, e fez uma adaptação com base em seu conhecimento pessoal, profissional, empírico ou científico (17,2%), os 73 (setenta e três) que tiveram tal instrução fora da PMESP (8,9%), provavelmente fizeram cursos ou estágios em empresas particulares de treinamento de tiro e segurança que possuem no seu rol de aulas o tema aqui proposto, como, por exemplo, o Centro de Treinamento Tático (CTT), desenvolvido pela Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC), podendo ainda terem tido esse tipo de treinamento na Polícia Federal, Polícia Civil, Forças Armadas ou em outras Polícias Militares do Brasil, se é que tais órgãos desenvolvem algum treinamento a respeito, veremos mais adiante, dando continuidade, 92 (noventa e dois) estudaram o tema por literatura específica, e com a globalização, pela *internet* (11,2%), e por fim, 591

(quinhentos e noventa e um) desenvolveram sua própria técnica (71,9%), somando-se tudo que já foi dito nesta questão 5, somando-se ainda alguma experiência profissional, vivencial ou mesmo ocasional, sendo vítima ou não de possíveis crimes sofridos no passado, remeteram os professores a desenvolverem sua técnica pessoal de combate armado, os quais a julgam segura e eficaz.

2.6 Questão 6 (seis)

A questão 6 teve como objetivo verificar em qual posição a arma de fogo é portada ou transportada em veículo de quatro rodas (carros) pelos policiais militares, uma vez que tais circunstâncias mudam em veículos de duas rodas (motocicletas).

Gráfico 12 – Questão 6



Fonte: Elaborado pelo autor.

O intuito desta questão foi mostrar que grande parte dos policiais militares (os quais se englobam os professores de tiro) ao realizarem patrulhamento ostensivo fardado, utilizam a arma de fogo de porte (pistola) sob ou entre as pernas, persistindo com tal prática ao se deslocarem em seu veículo particular, nota-se então que 220 (duzentos e vinte) continuam a portar a arma de maneira como se estivessem andando a pé, ou seja, em coldres de cintura, axilar tornozelo (26,8%), 1 (um) respondeu que transporta a arma no porta-luvas do veículo (0,1%), 60 (sessenta) transportam a arma sob o banco do passageiro (7,3%), 102 (cento e dois) transportam a arma entre o banco do motorista e o banco do passageiro, próximo ao freio de mão do veículo (12,4%), 381 (trezentos e oitenta e um) transportam a arma

sob ou entre as pernas como foi dito no início desta questão, e 7 (sete) transportam a arma de fogo na cintura sem coldre (0,9%), 1 (um) transporta a arma no vão da porta do motorista (0,1%), 1 (um) transporta debaixo do tapete do motorista e 1 (um) transporta em coldre magnético fixado no console do veículo (0,1%).

2.7 Questão 7 (sete)

A questão 7 vislumbrou-se mostrar se os professores de tiro já tiveram treinamento de tiro embarcado, com veículo parado, pois muitos policiais militares são vítimas de roubo quando estão com seus veículos parados em semáforos.

Gráfico 13 – Questão 7



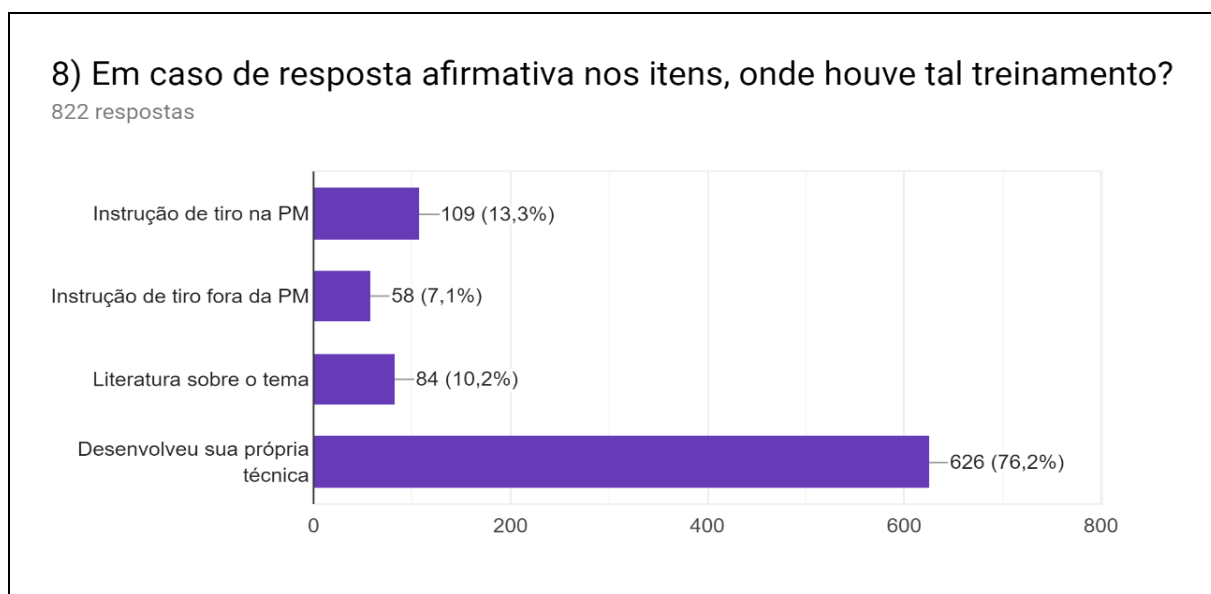
Fonte: Elaborado pelo autor.

Sendo tabulado que 668 (seiscentos e sessenta e oito) professores nunca tiveram nenhum tipo de instrução de tiro embarcado (81,3%) e 154 (cento e cinquenta e quatro) já tiveram algum tipo de instrução de tiro embarcado conforme dados apresentados no corpo da questão 5 (cursos em empresas particulares de segurança, Polícia Federal e etc.) (18,7%).

2.8 Questão 8 (oito)

A Questão 8, novamente, pormenorizou a resposta dada pelos professores na questão anterior (questão 7), elencando-se onde foi realizado o treinamento de tiro embarcado nas condições de folga ou de serviço em trajés civis.

Gráfico 14 – Questão 8



Fonte: Elaborado pelo autor.

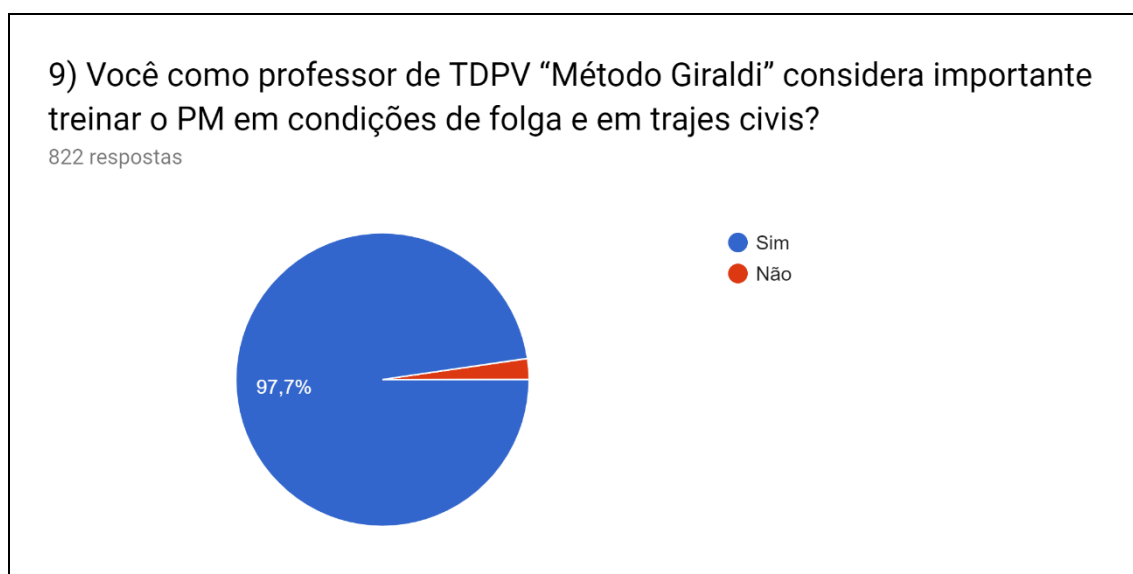
Analogamente a questão 5, observou-se que 109 (cento e nove) professores tiveram algum tipo de instrução de tiro embarcado e em trajés civis, simulando situações de folga ou de serviço, o professor de tiro que conduzia o treinamento, mostrou algum interesse não padronizado pelo “Método Giraldi®”, e fez uma adaptação com base em seu conhecimento pessoal, profissional, empírico ou científico (13,3%), os 58 (cinquenta e oito) que tiveram tal instrução fora da PMESP (7,1%), provavelmente fizeram cursos ou estágios em empresas particulares de treinamento de tiro e segurança, que possuem no seu rol de aulas, treinamento de tiro embarcado, como, por exemplo, o Centro de Treinamento Tático (CTT), desenvolvido pela Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC), podendo ainda terem tido esse tipo de treinamento na Polícia Federal, Polícia Civil, Forças Armadas ou em outras Polícias Militares do Brasil, se é que tais órgãos desenvolvem algum treinamento a respeito, veremos mais adiante, ainda, 84 (oitenta e quatro) estudaram o tema por literatura específica, e/ou pela *internet* (10,2%), e 626 (seiscentos e vinte e seis) desenvolveram sua própria técnica, somando-se toda experiência profissional, vivencial ou mesmo ocasional (76,2%), experiências essas

que levaram os professores a desenvolverem sua técnica pessoal de combate armado embarcado, os quais a julgam segura e eficaz.

2.9 Questão 9 (nove)

A questão 9 buscou mostrar se existe ou não um interesse coletivo dos professores de tiro em realizar um possível treinamento simulando situações em que o policial militar esteja civilmente trajado de folga ou de serviço, vislumbrando-se abranger também os serviços de inteligência policial e escolta de autoridades.

Gráfico 15 – Questão 9



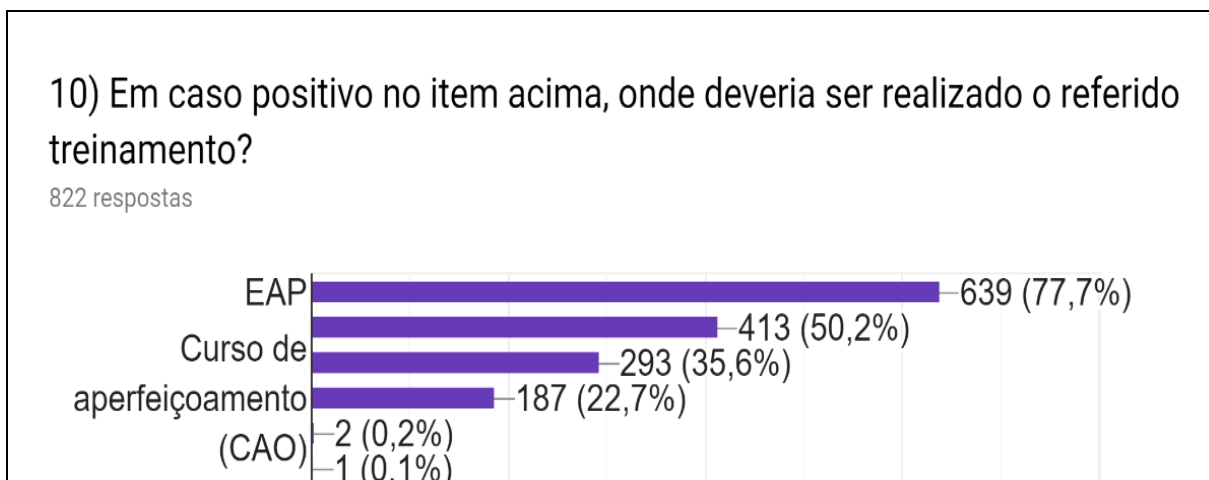
Fonte: Elaborado pelo autor.

A grande maioria dos professores de tiro policial da PMESP 803 (oitocentos e três) responderam que sim (97,7%), demonstrando com clareza a necessidade de inserção do tema proposto no treinamento de tiro de todos os policiais militares do Comando do Policiamento da Capital, quiçá de outros grandes comandos da PMESP, e 19 (dezenove) entrevistados não acharam importante o tema ora proposto, ou seja, (2,3%).

2.10 Questão 10 (dez)

A questão 10 mostra a opinião dos professores de T.D.P.V. “Método Giraldi®” com relação ao momento do treinamento de tiro da carreira policial militar que se poderia inserir o tema proposto.

Gráfico 16 – Questão 10



Fonte: Elaborado pelo autor.

Tem-se então, 639 (seiscentos e trinta e nove) professores opinam que tal treinamento deveria ser realizado no Estágio de Aperfeiçoamento Profissional - EAP, totalizando-se 77,7%, 413 (quatrocentos e treze) opinam que o referido treinamento deveria ser realizado nos cursos de formação referenciados anteriormente (50,2%), 293 (duzentos e noventa e três) opinaram que deveria ser realizado no curso de especialização, Docência de T.D.P.V. “Método Giraldi®” (35,6%), 187 (cento e oitenta e sete) acham que deveria ser realizado no Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais - CAO (22,7%), 2 (dois) acham que deveria ser feito em instrução em pleno serviço (0,2%) e por fim, 1 (um) opina que deveria ser realizado no programa de vídeo treinamento da PMESP – PVT (0,1%).

3. O Teste de Aptidão de Tiro (TAT) realizado no Estágio de Aperfeiçoamento Profissional (EAP)

O Teste de Aptidão de Tiro – TAT “Método Giraldi®” aplicado atualmente em todos policiais militares que trabalham no policiamento ostensivo, no Programa de rádio patrulhamento 190, Ronda Escolar, Força Tática, Rocam, RPM e Policiamento Comunitário, (NORSOP, 2006), regulamentado conforme a Nota de Instrução Nº DEC – 001/25/18⁴, e realizado no Estágio de Aperfeiçoamento Profissional – EAP, no Comando de Policiamento da Capital - CPC, tem o enfoque em treinar o policial militar atuando na sua condição regular de serviço, agindo em possíveis situações e cenários emergenciais que se necessite utilizar sua arma de fogo para exercer suas funções legais perante a sociedade, e também defendê-la, tal treinamento feito somente uma vez ao ano, com 06 (seis) horas-aulas, condiciona o patrulheiro a atuar somente nessa circunstância.

Baseando-se nos dados obtidos por meio dos professores de T.D.P.V. “Método Giraldi®” ao responderem o questionário, no capítulo 2 (dois), obteve-se como resposta à pergunta de número 10 (dez), sendo o questionamento formulado para se verificar onde deveria ser realizado o treinamento de tiro policial conforme o tema desta pesquisa proposto, sendo respondido por 639 (seiscentos e trinta e nove) professores que tal treinamento deveria ser realizado no Estágio de Aperfeiçoamento Profissional - EAP, um total de 77,7%, podendo-se assim futuramente se estudar a viabilidade da inserção do treinamento de tiro em trajes civis, simulando situações de folga ou de serviço ser implementado no EAP PM, no CPC.

O Teste de Aptidão de Tiro (TAT), preconizado pelo M-19-PM - Manual de Tiro Defensivo (GIRALDI, 2013), prevê como instrução prática de tiro, que o policial militar execute o curso básico, visando-se aferir os fundamentos de tiro de pistola e a qualidade dos disparos em alvo fixo, fazendo-se também como parte integrante do TAT, o treinamento dos procedimentos operacionais com disparos reais, este mais dinâmico, por meio das pistas policiais de aplicação (PPA), as quais simulam ocorrências que o PM pode se deparar no seu turno de serviço regular, sendo normalmente utilizados 50 (cinquenta) cartuchos para a realização total do TAT.

⁴PMESP. **Nota de Instrução DEC Nº - 001/25/18**, Dispõe sobre o desenvolvimento do Estágio de Atualização Profissional – EAP, PMESP. São Paulo; 2018.

Importante se frisar que o M-19-PM também prevê a pista policial especial (PPE), nessa pista o professor de tiro se utiliza do seu cabedal de conhecimento técnico, da sua experiência profissional somados aos seus conhecimentos científicos adquiridos por meio do curso de especialização profissional Docência para o Tiro Defensivo na Preservação da Vida “Método Giraldi®”, e assim desenvolver pistas policiais mais dinâmicas e com um maior realismo para treinar seus alunos, sendo possível dentro dos padrões do “Método Giraldi®”, desenvolver instruções simulando tiro embarcado com veículo parado, tiro embarcado com motocicletas paradas e, principalmente, o tiro a pé, com o policial militar em trajes civis, simulando situações em que de folga, como, por exemplo, o PM parado em um ponto de ônibus sendo abordado por um infrator da lei, ocasionando um possível confronto armado, ou mesmo um policial militar da inteligência sendo abordado por algum infrator da lei armado ao realizar uma investigação social. O importante é que em ambos os casos os policiais militares estejam treinados para sacarem suas armas de fogo, se portarem, de forma rápida e, se tiver que realizar algum disparo no infrator, que o faça com precisão e não coloque em risco a vida de pessoas alheias ao fato e tenham o treinamento antecipado em trajes civis, pois sacar a arma vestindo um terno é bem diferente que sacá-la vestindo o uniforme operacional, em um coldre externo no cinto de *nylon*. Ótimo exemplo, foi o do Major Gallo, citado anteriormente no relato 6 (página 41), desse trabalho.

Para tornar esta pesquisa mais abrangente, verificou-se em outras unidades da PMESP, por meio de pesquisa de campo (visitas) e entrevistas a alguns Oficiais PM respectivos, como é realizado o TAT em seus Batalhões, a fim de se constatar a existência de diferenças no treinamento realizado na PMESP como um todo, e se existe o treinamento de tiro em trajes civis simulando situações de folga ou de serviço naquelas unidades.

3.1 Pesquisa de campo 1 (um)

Visitado e consultado o Comando de Policiamento Rodoviário (CPRv), por meio do Capitão PM John Heberth Rodrigues, sendo informado pelo referido Oficial que no EAP do CPRv, o TAT segue os padrões fixados pelo M-19-PM, sendo realizado o Curso Básico e a PPA com 50 (cinquenta) disparos, não havendo treinamento que remeta a situações de folga e em trajes civis.

3.2 Pesquisa de campo 2 (dois)

Consultado o Comando de Policiamento do Interior 2 (CPI-2), por meio do Capitão PM Júlio César Tirabassi, sendo informado pelo referido Oficial que no EAP do 47ºBPM/I (Quadragésimo Sétimo Batalhão de Policiamento do Interior) o qual ele pertence, é realizado na sede do CPI-2, e o TAT segue os padrões fixados pelo M-19-PM, sendo realizado o Curso Básico e a PPA com 50 (cinquenta) disparos, não havendo treinamento que remeta a situações de folga e em trajes civis.

3.3 Pesquisa de campo 3 (três)

Visitado e consultado o Comando de Policiamento de Choque (CPChq), por meio do 1º Ten PM Lailton de Paula Souza, sendo informado pelo referido Oficial que no EAP do 3ºBPChq (Terceiro Batalhão de Polícia de Choque) – Humaitá, o qual ele pertence, o TAT segue os padrões fixados pelo M-19-PM, sendo realizado o Curso Básico e a PPA com 50 (cinquenta) disparos, não havendo treinamento que remeta a situações de folga e em trajes civis.

3.4 Pesquisa de campo 4 (quatro)

Visitado e consultado o Comando de Policiamento de Trânsito (CPTran), por meio do Capitão PM José Ricardo Caresi, sendo informado pelo referido Oficial que no EAP do 2ºBPTran (Segundo Batalhão de Polícia de Trânsito) o qual ele pertence, o TAT segue os padrões fixados pelo M-19-PM, sendo realizado o Curso Básico e a PPA com 50 (cinquenta) disparos, não havendo treinamento que remeta a situações de folga e em trajes civis.

3.5 Pesquisa de campo 5 (cinco)

Visitado e consultado o Comando de Policiamento Ambiental (CPAmb), por meio do Capitão PM Guilherme Boppré, sendo informado pelo referido Oficial que no EAP do 1ºBPAmb (Primeiro Batalhão Ambiental) o qual ele pertence, o TAT segue os padrões fixados pelo M-19-PM, sendo realizado o Curso Básico e a PPA com 50

(cinquenta) disparos em média, pois as vezes é feito com uma quantidade menor de disparos, e não havendo treinamento que remeta a situações de folga e em trajés civis.

3.6 Pesquisa de campo 6 (seis)

Visitado e consultado o Comando de Policiamento de Área Metropolitana 6 (CPA/M-6), por meio do Capitão PM Anderson Savedra da Silva, sendo informado pelo referido Oficial que no EAP do 30ºBPM/M (Trigésimo Batalhão de Policiamento do Metropolitano) o qual ele pertence, o TAT segue os padrões fixados pelo M-19-PM, sendo realizado o Curso Básico e a PPA com uma média de 36 (trinta e seis) disparos, não havendo treinamento que remeta a situações de folga e em trajés civis.

3.7 Pesquisa de campo 7 (sete)

Visitado e consultado o Comando de Policiamento do Interior 2 (CPI-2) novamente, por meio do Capitão PM Márcio de Moura Massarente, sendo informado pelo referido Oficial que no EAP do 1ºBAEP (Primeiro Batalhão de Ações Especiais de Polícia) o qual ele pertence, o TAT segue os padrões fixados pelo M-19-PM, sendo realizado o Curso Básico e a PPA com 50 (cinquenta) disparos, informado ainda pelo Cap Massarente que são realizadas não rotineiramente, Pistas Policiais Especiais com diversas simulações e que a quantidade de disparos às vezes superam 100 (cem) disparos por aluno, e também não há treinamento que remeta a situações de folga e em trajés civis.

3.8 Pesquisa de campo 8 (oito)

Visitado e consultado o Comando de Policiamento de Área Metropolitana 11 (CPA/M-11), por meio do Capitão PM Rodrigo Uceda Betti, sendo informado pelo referido Oficial que no EAP do 21ºBPM/M (Vigésimo Primeiro Batalhão de Policiamento do Metropolitano) o qual ele pertence, o TAT segue os padrões fixados pelo M-19-PM, sendo realizado o Curso Básico e a PPA com uma média de 50

(cinquenta) disparos, não havendo treinamento que remeta a situações de folga e em trajes civis.

Por fim, conclui-se neste capítulo que foi efetuada pesquisa de campo com as diversas unidades, pertencentes a diversos Grandes Comandos da Polícia Militar do Estado de São Paulo, sendo esses, O CPRv, CPI-2 (pertencente ao Comando de Policiamento do Interior CPI), CPTran, CPAmb, CPChq, CPA/M-6 (pertencente ao Comando de Policiamento Metropolitano CPM), e ao CPA/M-11 (pertencente ao Comando de Policiamento da Capital CPC), e em todos não é desenvolvida instrução de tiro visando treinar o PM em trajes civis, de folga ou de serviço, porém o 1º BAEP (pertencente ao CPI-2, em Campinas) já tem a iniciativa de desenvolver algumas instruções de tiro por meio de PPE, o que já diversifica e melhora a qualidade do treinamento da tropa daquela unidade. No EAP do CPC, que é foco principal desta pesquisa, foi verificada a porcentagem no universo da amostragem de Oficiais PM (Capitães e Tenentes) que realizaram o EAP e o TAT nos anos de 2017 a 2018, têm-se:

Figura 25

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO			
COMANDO DE POLICIAMENTO DA CAPITAL			
GABINETE DE TREINAMENTO			
LEVANTAMENTO DE OFICIAIS HABILITADOS NO TESTE DE APTIDÃO DE TIRO (TAT)			
ANO	2017	2018	RESULTADO
Nº DE OFICIAIS QUE DEVERIAM REALIZAR O EAP - QUADRO CPC	563	513	1076
Nº DE OFICIAIS QUE REALIZARAM O EAP E TAT	503	429	932
Nº DE OFICIAIS QUE NÃO REALIZARAM O TAT	5	2	7
EFETIVAMENTE REALIZARAM	498	427	925
PERCENTUAL DE CONCLUSÃO			
Nº DE OFICIAIS QUE REALIZARAM O EAP E TAT	89,34%	83,63%	86,62%
Nº DE OFICIAIS QUE NÃO REALIZARAM O TAT	0,99%	0,47%	0,75%

Fonte: Gabinete de Treinamento do CPC

Nota-se então na figura 3, que a grande maioria dos Oficiais PM (Capitães e Tenentes) que frequentaram o EAP no CPC, nos anos de 2017 e 2018, concluíram-

no de forma satisfatória e, conseqüentemente, concluíram também o TAT, sendo 89,34% em 2017 e 83,63% em 2018, tendo uma média entre esses anos de 86,62%, isso prova que, se no futuro houver uma mudança na instrução de tiro do TAT, com enfoque no tema aqui proposto, haverá uma aplicabilidade efetiva, pois a frequência dos policiais militares de forma geral no EAP PM é alta, tendo assim, a maior abrangência do conhecimento possível.

4. Outros Órgãos Policiais

Neste capítulo se pesquisou por meio de entrevistas a outros órgãos policiais, com caráter ilustrativo, verificando-se como é realizada a instrução de tiro nesses órgãos, sendo entrevistados integrantes dessas forças, a seguir:

4.1 Polícia Militar do Estado do Ceará – PMCE

Entrevistado o Capitão PM Igor Sampaio, sendo informado pelo Oficial que em sua Polícia Militar realizam instrução de tiro uma vez ao ano, com uma média de 50 (cinquenta) disparos efetuados por policial militar, que as instruções de tiro não possuem qualquer módulo que visa treinar o PM civilmente trajado (de folga ou de serviço) e ainda, conhecem o “Método Giraldi®”, mas não o utilizam.

4.2 Polícia Militar do Estado do Tocantins – PMTO

Entrevistado o Tenente Coronel PM Igor Sampaio, sendo informado pelo Oficial que em sua Polícia Militar realizam instrução de tiro duas vezes ao ano, com uma média de 50 (cinquenta) disparos efetuados por policial militar, que as instruções de tiro não possuem qualquer módulo que visa treinar o PM civilmente trajado (de folga ou de serviço) e ainda, conhecem o “Método Giraldi®” e o utilizam.

4.3 Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG

Entrevistada a 1º Tenente PM Bruna, sendo informado pela Oficial que em sua Polícia Militar realizam instrução de tiro a cada dois anos, com uma média de 100 (cem) disparos efetuados por policial militar, o treinamento chama-se Treinamento Policial Básico - TPB, que as instruções de tiro possuem um módulo que visa treinar o PM civilmente trajado (de folga ou de serviço) e ainda, conhecem o “Método Giraldi®”, mas não o utilizam.

4.4 Polícia Militar do Estado do Amazonas – PMAM

Entrevistado o Major PM Paulo Roosevelt Costa Padilha, sendo informado pelo Oficial que em sua Polícia Militar realizam instrução de tiro duas vezes ao ano, com uma média de 50 (cinquenta) disparos efetuados por policial militar, que as instruções de tiro não possuem qualquer módulo que visa treinar o PM civilmente trajado (de folga ou de serviço) e ainda, conhecem o “Método Giraldi®” e o utilizam.

4.5 Polícia Militar do Estado do Maranhão – PMMA

Entrevistado o 1º Tenente PM Givanildo Amorim Botelho, sendo informado pelo Oficial que em sua Polícia Militar realizam instrução de tiro duas vezes ao ano, com uma média de 50 (cinquenta) disparos efetuados por policial militar, que as instruções de tiro possuem um módulo que visa treinar o PM civilmente trajado (de folga ou de serviço) chamado de curso de sobrevivência policial e ainda, conhecem o “Método Giraldi®” e o utilizam.

4.6 Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF

Entrevistado o Delegado de Polícia Edson Medina de Oliveira, sendo informado pelo Delegado que em sua Polícia realizam instrução de tiro duas vezes por semana no mês, com uma média de 200 (duzentos) disparos efetuados por policial, que as instruções de tiro possuem um módulo que visa treinar o policial civilmente trajado (de folga ou de serviço) chamado de sobrevivência policial, que adotam métodos adequados a sua realidade e ainda, conhecem o “Método Giraldi®”, mas não o utilizam.

4.7 Polícia Rodoviária Federal – PRF

Entrevistado o Agente Marcus Henrique J. D. A. Oliveira, sendo informado pelo Agente que em sua Polícia realizam instrução de tiro uma vez ao ano, com uma média de 50 (cinquenta) disparos efetuados por policial, que as instruções de tiro possuem um módulo que visa treinar o PM civilmente trajado (de folga ou de serviço) chamada de técnicas de autoproteção – TAP e ainda, não conhecem o “Método Giraldi®”.

4.8 Grupo de Intervenção Rápida – GIR/SP (São Paulo)

Entrevistado o Agente Penitenciário André da Silva Ferreira, sendo informado pelo Agente que em seu Grupo realizam instrução de tiro de 15 (quinze) a 20 (vinte) vezes ao ano, com uma média de 50 (cinquenta) a 80 (oitenta) disparos efetuados por agente, que as instruções de tiro possuem um módulo que visa treinar o agente penitenciário civilmente trajado (de folga ou de serviço) e ainda, conhecem o “Método Giraldi®”, mas não o utilizam.

4.9 Força Aérea Brasileira – FAB

Entrevistado o 2º Tenente de Infantaria Willian Rodrigues do Vale, sendo informado pelo Oficial, que na FAB realizam instrução de tiro uma vez ao ano programado, com uma média de 45 (quarenta e cinco) disparos efetuados por militar de pistola e 100 (disparos) efetuados de fuzil, que as instruções de tiro não possuem qualquer módulo que visa treinar o militar civilmente trajado (de folga ou de serviço), e ainda, não conhecem o “Método Giraldi®”.

Nota-se, após análise das entrevistas acima descritas, que alguns órgãos policiais ainda não desenvolvem instrução de tiro com algum módulo de aula que vise treinar o aluno civilmente trajado (de folga ou de serviço), sendo a PMCE, PMTO, PMAM e também a PMESP, já outras instituições policiais, em seu cabedal de conhecimento técnico e científico, se preocupam com o treinamento foco deste estudo e, conseqüentemente, se preocupam com a segurança e bem estar de seus integrantes no horário de folga, são elas a PMMG, PMMA, PCDF, PRF e o GIR/SP.

5. Conclusão

Finaliza-se o trabalho de pesquisa com base em todos dados estatísticos, pesquisas de campo, entrevistas aqui apresentados, sendo esse fruto de um trabalho árduo que teve como motivação principal, a busca da melhoria na qualidade da instrução de tiro aplicada a todos policiais militares que após o seu estressante, perigoso e rotineiro dia de trabalho, sendo no serviço operacional ou no serviço administrativo, buscam retornar ao seio de seus familiares, e como mostrado nesta pesquisa, muitos não retornaram. A vitimização policial é um grave problema nas instituições policiais, como verificado pelos dados apresentados pela Secretaria de Segurança Pública – SSP, pela Corregedoria da PMESP, pelo Instituto Sou da Paz, dentre outros, essa mazela que atinge a todos os policiais militares, do Soldado mais jovem ao Coronel mais experiente, a matança está longe de acabar, comprovada tal afirmação com o brilhante trabalho monográfico citado do senhor Coronel PM Jairo Paes de Lira (1990), mostrando as ações pré-ordenadas de infratores da lei contra o público policial militar de diversas formas e diversos motivos. Assim, mostrou-se que os policiais militares em sua hora de folga estão mais vulneráveis, tornando-se vítimas em potencial principalmente quando retornam do trabalho ou saem para realizá-lo, demonstrando tais dados que portar uma arma de fogo não é sinônimo de segurança, pois se o policial não tem internalizado em seu subconsciente um treinamento adequado para esse tipo de situação, em um momento de perigo imediato, não reagirá de forma segura e eficaz para neutralizar uma possível ameaça, pois não tem o registro mecânico em seu cérebro. Conforme Mike Seeklander (2013, sem paginação), “Habilidades são frutos da repetição, e não se esqueça de que a repetição não é julgada pelo nosso subconsciente como sendo certa ou errada, ela apenas é gravada”⁵.

A efetiva inserção curricular do TAT, no EAP, do CPC e quiçá em outros TAT de outras unidades da PMESP, sugerindo-se um módulo no treinamento de T.D.P.V “Método Giraldi®” buscando-se treinar o PM em trajés civis, de folga ou em serviço, é primordial, é possível por meio de PPE, confirmado pela grande maioria dos professores de tiro, os quais são capacitados para tal, e mais ainda, corroboram com o tema desta pesquisa.

⁵ Informação disponível em: <<http://www.tirodinamico.com.br/forums/index.php?s=40700cc79c3d30f8bf62a9ed0a2fa3fc&act=ST&f=1&t=5&st=30>>. Acesso em: 09 jul. 2019.

Importante também que o futuro pesquisador do assunto insira como sugestão em sua pesquisa, um capítulo que trate de coldres internos para auxílio no treinamento do saque que arma civilmente trajado ou de serviço, capítulo esse indispensável no início do treinamento assim como os fundamentos de tiro (NISHI, 2013).

Rogo a Deus que o futuro pesquisador e professor do T.D.P.V “Método Giraldi®” dê continuidade e obtenha êxito na inserção de uma Pista Policial Especial com esse tema no treinamento de tiro dos nossos valorosos policiais militares que necessitam e merecem tal aprendizado, que este humilde trabalho de pesquisa sirva de chama iniciadora para isso, assim como excelentes trabalhos monográficos aqui citados o fizeram, muito obrigado a todos.

Referências

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração de recursos humanos**. 2. Edição. São Paulo: Atlas, 1989

FERNANDES DE BARROS, Ricardo. **Treinamento para uso de arma de defesa por policial em trajes civis – inserção curricular**. Monografia do CAO-I/00. São Paulo, 2000.

GIRALDI, Nilson. **M-19-PM**. Manual do Tiro Defensivo na Preservação da Vida-“Método Giraldi”. São Paulo: PMESP, 2013a.

GOMES, Sérgio Olímpio e outros. **Prepare-se para o confronto**. 1ª edição. São Paulo: 1997. Editora Publicare.

NISHI, Sérgio Harumi. **Panorama dos fundamentos de tiro com pistola e das correções do tiro como subsídio para o professor de Tiro Defensivo na Preservação da Vida “Método Giraldi®”**. São Paulo: Polícia Militar do Estado de São Paulo, 2014, 129 f. Dissertação. (Mestrado em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública – Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais) - Centro de Altos Estudos de Segurança da Polícia Militar de Estado de São Paulo, São Paulo, 2014.

PAES DE LIRA, Jairo. **Violência Préordenada contra Policial Militar ..** Monografia do CAO-I/90. São Paulo, 1990.

PEREIRA DE SOUZA, Alvaro Leite. **Causas da Violência**. São Paulo, Internet <http://usuários.aol.com.br/alps/>. 1998

_____. Diretriz nº PM3-008/02/06: **Dispõe sobre as Normas para o Sistema Operacional de Policiamento PM – NORSOP**. PMESP. São Paulo; 2006.

_____. M-19-PM. **Manual de Tiro Defensivo de Preservação da Vida “Método Giraldi”**. São Paulo; 1998.

_____. I-22-PM. **Instrução do Sistema Integrado de treinamento Policial Militar** São Paulo; 2012.

_____. Nota de Instrução nº DEC-001/25/18: **Dispõe sobre o desenvolvimento do Estágio de Atualização Profissional - EAP**. PMESP. São Paulo; 2018.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. Escola de Educação Física.

Listagem de professores de tiro. Disponível em:

<www.intranet.policiamilitar.sp.gov.br>. Acesso em: 25 mar. 2019.

SEEKLANDER, Mike. Habilidades. **Tiro Dinâmico**, [S.l.], 2013. Disponível em:

<<http://www.tirodinamico.com.br/forums/index.php?s=40700cc79c3d30f8bf62a9ed0a2fa3fc&act=ST&f=1&t=5&st=30>>. Acesso em: 09 jul. 2019.

Apêndice – Questionário de pesquisa quantitativa e qualitativa

A Necessidade de Treinamento de Tiro Defensivo na Preservação da Vida "Método Giraldi" (Pista Policial Especial - PPE) frente a Análise da Vitimologia Policial Militar em Horário de Folga - Perguntas aos Professores de Tiro.

Sou o Cap PM Quitshal, peço a gentileza e cooperação para o preenchimento deste questionário rápido, o qual irá contribuir muito com meu trabalho monográfico no CAES. Muito Obrigado!

1) Posto ou Graduação?

Sgt PM

Ten PM

Cap PM

2) Usa arma de defesa em trajes civis?

Sim

Não

3) Em qual (quais) posição porta a arma?

Coldre de perna

Coldre axilar

Coldre de cintura

À cinta (frente do corpo)

À cinta (retaguarda do corpo)

Na bolsa

coldre de braço

Outros _____

4) Participou de curso ou treinamento para uso da arma em trajes civis nas condições acima?

Sim

Não

5) Em caso de resposta afirmativa nos itens, onde houve tal treinamento?

- Instrução de tiro na PM
- Instrução de tiro fora da PM
- Literatura sobre o tema
- Desenvolveu sua própria técnica

6) Em qual (quais) posição porta arma no veículo?

- Em uma das posições da pergunta anterior
- No porta luvas
- Sob o banco
- Entre os bancos
- Sob ou entre as pernas
- Coldre magnético (console)
- Outros

7) Participou de curso ou treinamento específico para uso da arma nas condições acima?

- Sim
- Não

8) Em caso de resposta afirmativa nos itens, onde houve tal treinamento?

- Instrução de tiro na PM
- Instrução de tiro fora da PM
- Literatura sobre o tema
- Desenvolveu sua própria técnica

9) Você como professor de TDPV “Método Giraldi”, considera importante treinar o PM em condições de folga e em trajes civis?

- Sim
- Não

10) Em caso positivo no item acima, onde deveria ser realizado o referido treinamento?

- EAP

Curso de especialização (Docência TDPV “Metodo Giraldi®”,
Direitos Humanos, etc)

Curso de formação

Curso de aperfeiçoamento (CAO)

Outros _____